

COMUNICADO Nº 118/2023-CEV/UECE

(02 de agosto de 2023)

Dispõe sobre o resultado do Curso de Atualização em Gestão Escolar do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará e dá outras informações pertinentes.

O Presidente da Comissão Executiva do Vestibular da Universidade Estadual do Ceará - CEV/UECE, no uso de suas atribuições; **considerando** que a CEV/UECE é a organizadora e executora do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará regulamentado pelo Edital Nº 02/2023-GAB/SEDUC/CE, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará (DOE) de 19 de abril de 2023; **considerando** o 1º Aditivo ao Edital Nº 02/2023-GAB/SEDUC, viabilizado pelo Comunicado Nº 68/2023-CEV/UECE, de 01/06/2023, publicado no site do Certame (www.cev.uece.br), referente a envio de documento em fase recursal; **considerando** o 2º Aditivo ao Edital Nº 02/2023-GAB/SEDUC, viabilizado pelo Comunicado Nº 96/2023-CEV/UECE, de 28/06/2023, publicado no site do Certame (www.cev.uece.br), referente ao formato da Prova de Aferição de Conhecimentos; **considerando** o 3º Aditivo ao Edital Nº 02/2023-GAB/SEDUC, viabilizado pelo Comunicado Nº 106/2023-CEV/UECE, de 26/07/2023, referente à alterações no subitem 25.7, do Edital em referência; **considerando** o 4º Aditivo ao Edital Nº 02/2023-GAB/SEDUC, viabilizado pelo Comunicado Nº 115/2023-CEV/UECE, de 31/07/2023, publicado no site do Certame, que tirou exigência do Módulo I e alterou o formato da Prova de Aferição de Conhecimentos do Curso de Atualização em Gestão Escolar; **torna público** o resultado do Curso de Atualização em Gestão Escolar do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará e outras informações pertinentes.

Disposições Preliminares

1. O Curso de Atualização em Gestão Escolar do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará foi realizado no período de 21 de junho a 31 de julho de 2023.
2. Para ser considerado com desempenho satisfatório no Curso, o candidato tinha que responder todos os quizzes dos módulos e obter nota igual ou superior a 6,0, na escala de 0 a 10, na atividade avaliativa de cada módulo.
3. O candidato que não realizou alguma atividade, ou que obteve nota inferior a 6,0 em algum módulo, teve o período de 27 a 31 de julho de 2023 para refazer as atividades com pendências.
4. No **Anexo I** deste Comunicado constam os gabaritos das atividades avaliativas dos módulos do Curso de Atualização em Gestão Escolar do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP).
5. No **Anexo II** deste Comunicado, consta o desempenho de cada candidato matriculado no Curso de Atualização em Gestão Escolar do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP).

6. Com relação ao desempenho de cada candidato no Curso de Atualização em Gestão escolar estão associadas as seguintes menções:

Satisfatório – para o candidato que respondeu aos quizzes dos módulos II ao VI e que obteve nota igual ou superior a 6,0 em cada um destes módulos.

Não satisfatório – para o candidato que deixou de responder algum quiz dos módulos II ao VI ou que obteve nota inferior a 6,0 em um ou mais destes módulos.

Dos Recursos

7. O recurso relativo ao desempenho do candidato no Curso de Atualização em Gestão Escolar poderá ser interposto no sistema de recursos online, no site (www.cev.uece.br) do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), das 8 horas do dia 3 até as 17 horas do dia 4 de agosto de 2023.
8. Na apresentação do recurso o candidato deverá fundamentar, argumentar com precisão lógica, consistente e concisa, com a indicação precisa daquilo em que se julgar prejudicado.
9. O texto do recuso não poderá conter:
- Expressões desrespeitosas;
 - Mensagens de cunho político, ideológico, partidário ou outras manifestações sem relacionamento ou conexão com a fundamentação do recurso.
- 9.1. Caso o recurso se enquadre em uma das situações descritas neste item o recurso não será analisado.
10. Não será aceito recurso pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, por via postal, fax, correio eletrônico, fora do prazo ou por outro meio que não seja a interposição on-line no endereço eletrônico do processo de Certificação.
11. Não haverá revisão de resultado de julgamento de recurso, a não ser que seja por iniciativa da CEV/UECE, ou seja, de ofício.
12. Somente será convocado para a Prova de Aferição de Conhecimentos o candidato com desempenho **Satisfatório** no Curso de Atualização em Gestão Escolar após a análise dos recursos.

Disposições Finais

13. Os candidatos poderão acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem para consultar sua grade de respostas das atividades avaliativas dos Módulos de II a VI.
- 13.1. Não será disponibilizado o acesso à grade de resposta dos quizzes nem do Módulo I, uma vez que não serão considerados para avaliação do candidato.
14. O Cartão de Informação do Candidato da Prova Presencial Objetiva de Aferição de Conhecimentos será disponibilizado a partir do dia 17 de agosto de 2023.
- 14.1. Para acessar o cartão de informação o candidato inscrito para os dois processos de Certificação deverá indicar o Banco de Gestores para o qual está participando
- Banco de Gestores das Escolas Regulares, EMTI e CEJA;
 - Banco de Gestores das Escolas Indígenas;

- c) Banco de Gestores das Escolas Quilombolas;
- d) Banco de Gestores das Escolas em Assentamento da Reforma Agrária (Escolas do Campo);
- e) Escola Família Agrícola (EFA).

14.2. Os candidatos que estão concorrendo ao Banco de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional não farão opção por este Banco, tendo em vista que são candidatos natos deste banco.

- 15.** Não está sendo disponibilizado o desempenho dos candidatos no Módulo I (Introdução ao Ambiente Virtual (Moodle)), tendo em vista que este módulo foi excluído da Avaliação do Curso de Atualização em Gestão Escolar, de conformidade com o 3º Aditivo ao Edital Nº 01/2023-GAB/SEDUC, viabilizado pelo Comunicado Nº 115/2023-CEV/UECE, de 31 de julho de 2023.

Fortaleza, 02 de agosto de 2023

(assinado no original)

Luiz Eduardo Farias Bezerra
Presidente da CEV/UECE, em exercício

Gabaritos das atividades avaliativas dos módulos do Curso de Atualização em Gestão Escolar do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional.

Curso de Atualização em Gestão Escolar
Atividades Avaliativas com gabarito e comentários

Módulo II: Legislação Educacional

Questão 1

Com a Lei 14.026/2007, que cria o Programa Alfabetização na Idade Certa, o governo do estado do Ceará fortalece o regime de colaboração com os municípios.

a) Verdadeiro.

b) Falso.

Comentário: O regime de colaboração é um instituto previsto no art. 211 da Constituição Federal de 1988, materializando-se nas formas de cooperação entre os entes federados. A Lei 14.026/2007, ao firmar cooperação técnica e pedagógica com os municípios, por meio do Programa Alfabetização na Idade Certa, contribui para o fortalecimento do regime de colaboração previsto no ordenamento legal. A afirmação é verdadeira.

Questão 2

Quanto às estratégias da gestão educacional no Ceará, fundamentadas na Lei 17.572/2021, é INCORRETO afirmar que:

a) Enfatizam ações voltadas à aprendizagem escolar das redes estadual e municipal de ensino.

b) Vinculam os resultados da avaliação à premiação pecuniária aos integrantes do quadro funcional das escolas de ensino médio da rede estadual.

c) Assumem uma visão sistêmica e de colaboração ao preverem a adesão dos municípios por meio de acordo de cooperação.

d) Orientam-se pelo desenvolvimento de políticas educacionais baseadas na equidade e no respeito às diferenças.

Comentário: A Lei 17.572/2021 especifica 25 estratégias de gestão educacional para o fortalecimento da aprendizagem discente, no entanto, não se vislumbra nos itens da lei a vinculação de resultados à premiação pecuniária. A alternativa "a" encontra justificativa no art. 1º e no § único do art. 3º da Lei. A alternativa "c" encontra justificativa no § único do art. 3º da Lei. A alternativa "d" encontra justificativa no item XII do art. 2º e no parágrafo 4º do art. 3º. Portanto, é incorreto o que se afirma na alternativa "b".

Questão 3

Escolha a opção que completa corretamente o objetivo da Superintendência Escolar.

"[...] desenvolver, de modo _____, estratégias de _____ e _____ à gestão escolar, com foco no aperfeiçoamento _____ e na melhoria da aprendizagem dos estudantes" (CEARÁ, 2017).

a) dinâmico – acompanhamento – responsabilização – coletivo.

b) fiscalizador – avaliação – monitoramento – pedagógico.

c) flexível – responsabilização – premiação – individual.

d) dinâmico – acompanhamento – monitoramento – pedagógico.

Comentário: O objetivo da Superintendência Escolar é especificado no item i, art. 2º, da Lei 17.572/2021. É correta a alternativa "d".

Questão 4

Escolha a opção que completa a frase abaixo, consoante as colocações de Vieira (2007):

"Como vimos, a gestão _____ refere-se a um amplo espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instâncias de governo, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino, ou de outras ações que desenvolvem em suas áreas específicas de atuação. A gestão _____, por sua vez, como a própria expressão sugere, situa-se no plano da escola e diz respeito a tarefas que estão sob sua esfera de abrangência. Nesse sentido, pode-se dizer que a política educacional está para a gestão educacional como a proposta pedagógica está para a gestão escolar. Assim, é lícito afirmar que a gestão educacional se situa na esfera _____, ao passo que a gestão escolar se localiza na esfera _____. Ambas se articulam mutuamente, dado que a primeira se justifica a partir da segunda".

a) escolar - micro - educacional - escola - macro.

b) micro - escolar - macro - educacional - escola.

c) educacional - escolar - escola - macro - micro.

d) macro - educacional - escolar - micro - escolar.

Comentário: O gabarito do item é a alternativa c, na medida em que encontra respaldo nos conceitos de gestão educacional e escolar e nos seus respectivos campos de atuação, complementando as lacunas propostas ao pensamento de Vieira (2007, p. 63, grifo nosso). Vejamos:

Como vimos, a gestão **educacional** refere-se a um amplo espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instâncias de governo, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino, ou de outras ações que desenvolvem em suas áreas específicas de atuação. A gestão **escolar**, por sua vez, como a própria expressão sugere, situa-se no plano da **escola** e diz respeito a tarefas que estão sob sua esfera de abrangência.

Nesse sentido, pode-se dizer que a política educacional está para a gestão educacional como a proposta pedagógica está para a gestão escolar. Assim, é lícito afirmar que a gestão educacional situa-se na esfera **macro**,

ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera *micro*. Ambas articulam-se mutuamente, dado que a primeira justifica-se a partir da segunda.

Questão 5

Na meta 20 definida no PNE 2014 – 2024 está programado "ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. Entre as estratégias definidas para tal meta, encontram-se:

- I. garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados;
- II. aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;
- III. desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;
- IV. no prazo de cinco anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional;
- V. aprovar, no prazo de cinco anos, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;
- VI. definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino.

As afirmativas corretas estão na alternativa:

- a) I, II, III, IV.
- b) I, II, III, VI.**
- c) III, IV, V, VI.
- d) II, III, V, VI.

Comentário: As alternativas I, II, III e VI estão corretas na medida em que encontram correspondência com as estratégias 20.1, 20.2, 20.5, 20.12, respectivamente. A alternativa IV resulta como incorreta pois a estratégia 20.6 prevê a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi no prazo de 2 (dois) anos da vigência, não em 5 (cinco) anos como consta na assertiva. A alternativa V resulta como incorreta pois a estratégia 20.11 prevê a aprovação de Lei de Responsabilidade Educacional no prazo de 1 (um) ano, não em 5 (cinco) anos como consta na assertiva.

Módulo III - Gestão Democrática e Participativa

Questão 1

A gestão democrática enquanto princípio orientador da educação pública está presente na Constituição Federal de 1988 (Art. 206, VI) e referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996. Art. 3º, VIII). De acordo com Vieira & Vidal (2019, p. 12): "Passadas algumas décadas, o tema ainda representa desafio a formuladores e implementadores de políticas". Diante disso, de acordo com o Plano Nacional de Educação (2014 - 2024), implementado pela Lei nº 13.005/2014, Meta 19, a efetivação de uma gestão democrática é associada:

- a) a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à secretaria educacional, como meta a ser alcançada até 2016.
- b) a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, como meta a ser alcançada até 2016.**
- c) a critérios técnicos de formação e desempenho e à consulta pública à secretaria educacional, como meta a ser alcançada até 2024.
- d) a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, como meta a ser alcançada até 2024.

Comentário: Segundo o PNE 2014 – 2024, a meta 19 estabelece que devem ser asseguradas "condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto". Nesse sentido, a resposta correta é a letra b.

Questão 2

De acordo com a Lei estadual nº 17.618, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a gestão democrática e participativa, integram a comunidade escolar da Rede Estadual de ensino, exceto:

- a) Estudantes matriculados na escola.
- b) Mães, pais ou responsáveis por estudantes.
- c) Docentes em exercício na escola.
- d) Servidores e agentes públicos da SEDUC/CE.**

Comentário: Segundo o Art. 2.º da referida lei, "Para os efeitos desta Lei, entende-se por comunidade escolar: I – estudantes matriculados em Unidades Escolares pertencentes à Rede Estadual de Ensino; II – mães, pais ou responsáveis por estudantes da Rede Estadual de Ensino; III – docentes em exercício na escola; IV – demais servidores e agentes públicos em exercício na escola; V – ocupantes de cargos ou funções na unidade escolar", o que exclui servidores e agente públicos que atuam na Seduc, portanto a resposta correta é a letra d.

Questão 3

De acordo com a Lei estadual nº 17.618, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a gestão democrática e participativa, são três os critérios de garantia da autonomia administrativa da escola:

- a) I - formulação, aprovação e implementação do plano de gestão da escola; II - possibilidade de recebimento de recursos financeiros; III – gerenciamento dos recursos disponibilizados à unidade escolar.**
- b) I - formulação, aprovação e implementação do projeto político pedagógico; II - possibilidade de recebimento de recursos financeiros; III – gerenciamento dos recursos disponibilizados à unidade escolar.

- c) I - formulação, aprovação e implementação do plano de gestão da escola; II – implementação da Unidade Executora (UEX); III – gerenciamento dos recursos disponibilizados à unidade escolar.
- d) I - formulação, aprovação e implementação do projeto político pedagógico; II - possibilidade de recebimento de recursos financeiros; III – fiscalização do uso dos recursos financeiros pelo conselho escolar.

Comentário: Segundo o artigo 5º da referida lei, “A autonomia administrativa das unidades escolares, observada a legislação vigente, será garantida por: I – formulação, aprovação e implementação do plano de gestão da escola; II – possibilidade de recebimento de recursos financeiros; III – gerenciamento dos recursos disponibilizados à unidade escolar”, o que indica que a alternativa correta é a letra a.

Questão 4

De acordo com a publicação do Instituto Unibanco e da Universidad Diego Portales (UDP), sobre Liderança escolar (2021), relacione os tipos de liderança (instrucional, transformadora, gestora, docente) às definições correspondentes e assinale a alternativa correta:

1. Instrucional	() O foco está tanto nos compromissos quanto nas capacidades daqueles que compõem a organização. Quanto maior o nível de comprometimento com os objetivos e metas da instituição, maior a capacidade de alcançá-los, o que se traduz em maior esforço e nível de produtividade de seus membros.
2. Transformadora	() A atenção dos líderes escolares está no desempenho eficaz de suas tarefas e funções para influenciar positivamente o resto dos membros da instituição escolar. Essa influência resultaria da posição do diretor na hierarquia da escola e no exercício adequado de suas funções em termos de políticas e procedimentos formais na unidade educacional.
3. Gestora	() Considera que o foco de atenção dos líderes é o comportamento dos professores ao desenvolver atividades que influenciem diretamente a formação dos estudantes.
4. Docente	() Apresenta considerável vínculo à liderança distribuída. Esse tipo de liderança inclui liderança compartilhada, na qual os professores, com apoio de gestores, desenvolvem um trabalho conjunto de formação e de produção de conhecimentos.

A sequência correta de numeração da segunda coluna, de cima para baixo, é:

- a) 4 – 3 – 2 – 1.
- b) 2 – 3 – 4 – 1.
- c) 1 – 2 – 3 – 4.
- d) 2 – 3 – 1 – 4.

Comentário: De acordo com a publicação “Liderança escolar para a melhoria da educação: contribuições para o debate público no Brasil” (2021, p. 7): o tipo de liderança transformadora é definido como: “O foco está tanto nos compromissos quanto nas capacidades daqueles que compõem a organização. Quanto maior o nível de comprometimento com os objetivos e metas da instituição, maior a capacidade de alcançá-los, o que se traduz em maior esforço e nível de produtividade de seus membros”. O tipo de liderança gestora é definida como: “A atenção dos líderes escolares está no desempenho eficaz de suas tarefas e funções para influenciar positivamente o resto dos membros da instituição escolar. Essa influência resultaria da posição do diretor na hierarquia da escola e no exercício adequado de suas funções em termos de políticas e procedimentos formais na unidade educacional”. O tipo de liderança instrucional é definido como aquela que “Considera que o foco de atenção dos líderes é o comportamento dos professores ao desenvolver atividades que influenciem diretamente a formação dos estudantes”. O tipo de liderança docente é definido como a que “Apresenta considerável vínculo à liderança distribuída. Esse tipo de liderança inclui liderança compartilhada, na qual os professores, com apoio de gestores, desenvolvem um trabalho conjunto de formação e de produção de conhecimentos”. Dessa forma, a alternativa correta é a letra d.

Questão 5

Segundo Vieira, Vidal e Nogueira (2020) há diferentes interpretações sobre o planejamento escolar e seus principais instrumentos. A própria LDB utiliza diferentes denominações ao se referir a esse nível de planejamento, mencionando termos como: proposta pedagógica (arts. 12 e 13), plano de trabalho (art. 13), projeto pedagógico (art. 14). Embora muitos autores usem denominações variadas, as mais comuns e reconhecidas pelas redes de ensino são:

- a) o Projeto Político-Pedagógico, o Plano de Desenvolvimento da Escola e o Plano de Gestão.
- b) o Plano de Desenvolvimento Curricular, o Plano de Gestão Administrativa e Financeira e o Plano de Metas de Aprendizagem.
- c) o Projeto Político-Pedagógico, o Plano de Gestão da Aprendizagem, o Plano de Desenvolvimento Curricular.
- d) o Projeto Político-Pedagógico, o Plano de Metas de Aprendizagem e o Plano de Desenvolvimento da Escola.

Comentário: As denominações mais comuns acerca do planejamento escolar, enquanto instrumento de gestão institucional são Projeto Político Pedagógico (PPP); Plano de Desenvolvimento da Escola e Plano de Gestão. O conceito Plano de Desenvolvimento Curricular, Plano de Gestão Administrativa e Financeira ou Plano de Metas de Aprendizagem, dizem respeito ao trabalho desenvolvido no âmbito da gestão educacional ou de sistemas de ensino. Dessa forma, a alternativa correta é a letra a.

Módulo IV: Gestão Pedagógica e de Resultados Educacionais

Questão 1.

Baseado nos estudos realizados no Módulo IV, assinale “V” para Verdadeiro e “F” para Falso para os seguintes tipos de usos pedagógicos das avaliações em larga escala:

- () Uso com o objetivo de promover a formação de profissionais envolvidos no processo educacional, em especial os professores, com foco no planejamento de intervenções a partir das evidências trazidas pelos dados.
- () Uso no planejamento de ações de formação continuada para os profissionais da Educação a partir dos resultados obtidos.
- () Uso dos resultados como mecanismo de transparência e de controle social, por meio de sua ampla divulgação.
- () Uso da avaliação como parâmetro de revisão dos conteúdos e referência para elaboração dos materiais didáticos utilizados na prática pedagógica.

- () Uso para diagnóstico e busca de soluções para o aprimoramento do processo de aprendizagem.
- () Uso para monitoramento das escolas; criação de indicadores de qualidade da Educação; e a avaliação de programas desenvolvidos pelas redes.
- A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V, F, V, V, F, F.
- b) F, V, F, V, F, V.
- c) **V, V, F, V, V, F.**
- d) F, V, V, F, F, V.

Comentário: A comanda do item pede para o respondente assinalar, com base nos estudos realizados no Módulo IV, “V” ou “F” para os tipos de usos pedagógicos das avaliações em larga escala. A maioria das alternativas listadas são exemplos de usos pedagógicos, exceto duas delas: “Uso dos resultados como mecanismo de transparência e de controle social, por meio de sua ampla divulgação”, considerado “uso Informativo”; e “Uso para monitoramento das escolas; criação de indicadores de qualidade da Educação; e a avaliação de programas desenvolvidos pelas redes”, considerado “uso para gestão” pelo artigo indicado na bibliografia básica do curso “Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais”, de Basso, Ferreira e Oliveira (2022).

Questão 2.

No artigo “Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola”, as autoras analisam e organizam as avaliações em larga escala na educação básica no Brasil a partir de objetivos e finalidades, em três gerações. Sobre tais gerações, é correto afirmar:

- a) **A segunda e a terceira gerações associam resultados das avaliações com políticas de responsabilização, com atribuição de consequências simbólicas ou materiais para os agentes escolares.**
- b) A terceira geração aponta para maior controle sobre o currículo, priorizando as matrizes de referência, a padronização dos testes, e fortalecendo as avaliações diagnósticas.
- c) A primeira e a segunda gerações apresentam consequências diretas para as escolas e para o currículo escolar, implicando em premiação e bônus.
- d) A primeira geração consiste num modelo de avaliação formativa da educação, atribuindo nota por aluno e a média geral da turma.

Comentário: O gabarito é a alternativa “c”, pois a segunda e a terceira gerações articulam os resultados das avaliações às políticas de responsabilização, com atribuição de consequências simbólicas ou materiais para os agentes escolares, respectivamente. A alternativa “a” está incorreta, pois a primeira geração consiste na avaliação diagnóstica da qualidade da educação, sem atribuição de consequências diretas para as escolas e para o currículo escolar. A alternativa “b” está incorreta, pois a primeira geração não prevê consequências nem para as escolas e nem para o currículo. A alternativa “d” está incorreta, pois a terceira geração contempla consequências fortes ou de alto impacto que já acontecem no momento presente, como sanções ou recompensas materiais para agentes escolares em decorrência dos resultados de alunos e escolas, por exemplo: bonificação por metas alcançadas.

Questão 3.

Leia os excertos abaixo extraídos do artigo *Spaace: pioneirismo, inovações e aprendizagens (1992 - 2022)*, contido no livro *Spaace pesquisas e propostas de ação (2022)*.

“A primeira iniciativa em que se utilizou o Spaace para premiação e bônus de escolas e profissionais foi o Prêmio Escola do Novo Milênio (CEARÁ, 2002), referente ao ciclo do Spaace do ano de 2001. Revogado em 2004, o Prêmio Escola do Novo Milênio foi substituído pelo Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica (PMMEB) (CEARÁ, 2004b). O PMMEB estabelecia metas a serem atingidas pelas escolas que aderissem a ele, premiando os servidores e os professores lotados nas 50 melhores unidades escolares. A legislação estadual passou por nova modificação em 2009, substituindo o PMMEB pelo Prêmio Aprender pra Valer (CEARÁ, 2009b), destinado ao quadro funcional de todas as escolas de Ensino Médio que atingissem as metas anuais de evolução da aprendizagem dos alunos, tendo por referência o Spaace”.

A partir da leitura do texto mencionado, constata-se que:

- a) O governo do Estado passou a dar mais atenção a avaliação, após os resultados do Spaace apresentarem resultados que apontavam o baixo desempenho dos alunos e das escolas.
- b) **O Ceará começa a implementar políticas de responsabilização desde início dos anos 2000, utilizando o Spaace como ferramenta para mensurar os resultados de desempenho.**
- c) Com a reformulação do Saeb em 2005 e criação do Ideb em 2007, o Spaace perde força no âmbito estadual e o estado começa a criar mecanismos para se destacar nas avaliações federais.
- d) Os mecanismos de premiação e bônus criados no âmbito estadual tem como referência os resultados do Spaace, e as taxas de rendimento.

Comentário: Esta questão tem por objetivo levar o aluno a refletir sobre o pioneirismo cearense no que tange às políticas de responsabilização. São apresentados três trechos que evidenciam a linha histórica de desenvolvimento e evolução de iniciativas no âmbito estadual, tensionando a uma articulação do governo do estado na responsabilização de seus docentes aos resultados obtidos no SPAECE. A alternativa “a” está incorreta, pois os trechos apresentados não mencionam baixo desempenho de alunos e escola. A alternativa “c” está incorreta, pois com a reformulação do Saeb em 2005 e criação do Ideb em 2007, o Spaace ganha força e passa a ser aplicado anualmente, tendo inclusive, em alguns anos, sido aplicado às 1ª, 2ª e 3ª series do ensino médio. A alternativa “d” está incorreta pois os mecanismos de premiação e bônus estão associados ao Spaace, mas também a outros indicadores, como taxas de rendimento e taxa de participação no exame.

Questão 4.

A partir da leitura do artigo *Utilização e apropriação dos resultados do Spaace: caminhos, perspectivas e realidade* contidos no livro *Spaace pesquisas e propostas de ação (2022)*, complete o trecho abaixo com as palavras corretamente:

“É imprescindível que o _____ provoque a reflexão dos professores, através da _____ de seu trabalho, a partir dos resultados obtidos pelos estudantes. [...] Trata-se de uma ação na qual a escola apropria-se _____ a partir do momento que os conhece, para que se possa fazer os ajustes necessários e subjetivos do trabalho desenvolvido para melhorar a prestação do serviço educativo, indo além da recolha de informações e dados.”

- a) coordenador – avaliação – de suas metas

- b) supervisor – autoavaliação – dos seus resultados
- c) orientador – avaliação – de seus objetivos
- d) **gestor escolar – autoavaliação – dos seus resultados**

Comentário: Sobre o uso pedagógico das avaliações é imprescindível que o gestor escolar provoque a reflexão dos professores, através da autoavaliação de seu trabalho, a partir dos resultados obtidos pelos estudantes. A escola se apropria dos seus resultados para que se possa fazer os ajustes necessários no trabalho desenvolvido visando a melhoria do serviço educativo, indo além da recolha de informações e dados. É do que um processo de controle, a apropriação dos resultados das avaliações escolares trata de uma fundamental oportunidade para a implementação de estratégias e estabelecimento de metas que permitam a melhoria do serviço educativo prestado pela escola, dentro de um processo cuja base é a autorreflexão sobre as ações e como e o que fazer para melhorá-los.

Questão 5.

O documento que visa apresentar os resultados do Spaece, fornecendo subsídios para reflexão e construção de estratégias que contribuam para a aprendizagem dos estudantes, chama-se:

- a) Matrizes de Referência.
- b) **Boletim Pedagógico.**
- c) Padrões de desempenho.
- d) Carta compromisso.

Comentário: A resposta certa é a alternativa “b”, o **Boletim Pedagógico** é o documento que visa apresentar os resultados do Spaece, fornecendo subsídios para reflexão e construção de estratégias que contribuam para a aprendizagem dos estudantes. A **Matriz de Referência** é um documento estruturado com base no conteúdo que será exigido de um aluno nas provas, levando em consideração as habilidades de cada série e disciplina. Os testes do Saeb são elaborados a partir de matrizes de referência. Organiza os conteúdos associados a competências e habilidades desejáveis para cada série e para cada disciplina são subdivididos em partes menores, os descritores, cada uma especificando o que os itens das provas devem medir. De acordo com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), o conjunto de descritores que compõem as **matrizes de referência** do Spaece explicitam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas. Tais descritores são selecionados para compor a matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de um teste de múltipla escolha, cujos itens implicam a seleção de uma resposta em um conjunto dado de respostas possíveis (CAED, 2022). No Spaece, os alunos têm suas médias de proficiência em Português e Matemática relacionadas a intervalos que correspondem aos **padrões de desempenho** denominados Muito Crítico, Crítico, Intermediário e Adequado. A **Carta compromisso** é um termo de responsabilidade que os responsáveis pelo aluno assinam e tem como prioridade o trabalho conjunto família-escola no enfrentamento das dificuldades observadas.

Módulo V - Gestão Administrativa/Financeira

Questão 1

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem sua origem em 1995, e atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021. Sobre este programa, assinale a opção que melhor completa a frase a seguir:

O PDDE possui caráter _____ e consiste na destinação _____ de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para: I - o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu _____; II - a promoção de melhorias em sua _____ e _____; e, o incentivo da _____ escolar e do exercício da _____, com a participação da _____ no controle social.

- a) complementar – mensal – monitoramento - infraestrutura física – pedagógica – gestão – autonomia – sociedade.
- b) **suplementar – anual – funcionamento - infraestrutura física – pedagógica – autogestão – cidadania – comunidade.**
- c) complementar – mensal – desenvolvimento - infraestrutura física – pedagógica – gestão – autonomia – sociedade.
- d) suplementar – anual – funcionamento - infraestrutura física – administrativa – autogestão – cidadania – comunidade.

Comentário: O gabarito do item é a alternativa b, na medida em que encontra respaldo na definição do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, complementando as lacunas propostas à definição presente na Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021. Vejamos:

Art. 2º O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE consiste na destinação **anual**, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, de recursos financeiros, em caráter **suplementar**, as escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica, as escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu **funcionamento** e para a promoção de melhorias em sua **infraestrutura física** e **pedagógica**, bem como incentivar a **autogestão** escolar e o exercício da **cidadania** com a participação da **comunidade** no controle social.

Questão 2

Dentre outras atribuições, nos termos do Artigo 12 (inciso II) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros. Assinale qual das alternativas a seguir encontra respaldo legal com o que se estabelece no referido inciso e é reveladora da gestão administrativa e financeira da escola.

- a) envolve desde a elaboração da proposta pedagógica-curricular para as diferentes etapas de ensino até o acompanhamento das crianças ou avaliação de desempenho dos estudantes, passando por um processo de trabalho junto aos professores.
- b) articula-se a um conjunto de temas estratégicos da gestão educacional e escolar, associando-se às relações intrapessoais e interpessoais que dizem respeito à comunidade educativa visando à participação de todos os seus segmentos.

- c) envolve o estudo, acompanhamento e preocupação com a melhoria dos indicadores educacionais da escola, especialmente dos indicadores de acesso e participação, indicadores de eficiência e rendimento e indicadores de desempenho escolar.
- d) contempla a atuação em questões como a manutenção e melhoria da infraestrutura escolar; a aquisição, conservação e uso de equipamentos e materiais didáticos; a organização e o utilização dos espaços; o uso dos patrimônios material e imaterial da escola.

Comentário: Cada alternativa deste item guarda relação direta com uma das diferentes dimensões da gestão escolar analisadas por Vieira, Vidal e Nogueira (2020). A alternativa a diz respeito à gestão pedagógica. A alternativa b relaciona-se com a gestão relacional. A alternativa c refere-se à gestão de indicadores educacionais, enquanto a alternativa d remete-se à gestão administrativa e financeira. Assim sendo, o gabarito é a alternativa d.

Questão 3

O Plano Nacional de Educação (2014 - 2024) dispõe em sua Meta 19: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”. Para isso, destaca um conjunto de estratégias. Analise as estratégias abaixo:

- I. priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;
- II. aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;
- III. estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
- IV. destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.

São estratégias correspondentes da Meta 19 do PNE:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.

Comentário: As alternativas I e III estão corretas na medida em que encontram correspondência com as estratégias 19.1 e 19.5, respectivamente. A alternativa II resulta como incorreta na medida em que a assertiva se vincula à estratégia 20.2 da Meta 20. Por fim, a alternativa IV resulta como incorreta na medida em que a assertiva se vincula à estratégia 20.3 da Meta 20.

Questão 4

São objetivos do processo licitatório, exceto:

- a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- d) assegurar tratamento diferenciado entre os licitantes, estimulando acordos entre setores públicos de acordo com os grupos de interesses.

Comentário: As alternativas a, b e c encontram respaldo do Artigo 11 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Tais alternativas estão, portanto, corretas. A alternativa D, por sua vez, resulta como incorreta na medida em que vai de encontro com o determina a referida Lei, em seu artigo 9º. Vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

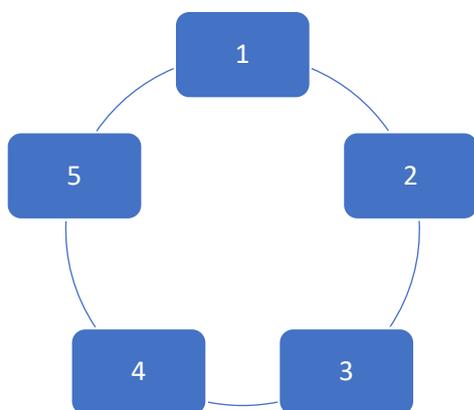
II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Questão 5

Os recursos materiais e patrimoniais, os equipamentos e os bens existentes na escola devem ser adquiridos mediante procedimentos administrativos definidos por legislação específica, que deve ser seguida tanto pela escola quanto pelo órgão central, no caso, a secretaria estadual de educação, quando da realização de qualquer compra pública. No estado do Ceará, recursos financeiros são transferidos para as escolas visando dar-lhe autonomia financeira, o que conduz a necessidade de tomada de decisão de forma colegiada, sobre onde aplicar os recursos. Dessa forma, cada gestor escolar precisa conhecer os normativos legais que orientam as compras públicas, em que os recursos financeiros precisam atender um ciclo de gestão. Arraste as palavras que preenchem corretamente o ciclo de gestão dos recursos financeiros na escola.



- a) 1. PREVER; 2. CAPTAR; 3. APLICAR; 4. ARRECADAR; 5. PRESTAR CONTAS
 b) 1. CAPTAR; 2. APLICAR; 3. ARRECADAR; 4. PRESTAR CONTAS; 5. PAGAR
 c) 1. CAPTAR; 2. LICITAR; 3. COMPRAR; 4. EMPENHAR; 5. PAGAR
 d) 1. PREVER; 2. CAPTAR; 3. COMPRAR; 4. EMPENHAR; 5. PRESTAR CONTAS

Comentário: De acordo com Vieira, Vidal e Nogueira (2020) a gestão dos recursos financeiros obedece a um ciclo composto por cinco passos. O primeiro passo “consiste em **prever os recursos necessários** para assegurar condições de implementar o planejamento elaborado para o ano letivo” (VIEIRA; VIDAL; NOGUEIRA, 2020, p. 125-126). O segundo passo “consiste no processo de **captação dos recursos** e para isso torna-se necessário mobilizar esforços na obtenção dos valores previstos para o bom desempenho das equipes escolares” (VIEIRA; VIDAL; NOGUEIRA, 2020, p. 126). O terceiro passo “diz respeito à **aplicação dos recursos**, que deve ser realizada mediante normas, procedimentos e prazos estabelecidos para cada programa ou projeto financiado, sem perder de vista os objetivos definidos e as metas planejadas” (VIEIRA; VIDAL; NOGUEIRA, 2020, p. 127). O quarto passo “consiste em **arrecadar os recursos**, o que significa manter atualizado o recolhimento de todas as obrigações tributárias, jurídicas e legais da unidade executora – o conselho escolar –, haja vista ser esse o destinatário dos recursos que serão utilizados pela escola” (VIEIRA; VIDAL; NOGUEIRA, 2020, p. 128). Por fim, o último passo “consiste na prestação de contas, documentação que mostra a execução física e financeira do projeto, acompanhada de extrato de conciliação bancária e, na maioria das vezes, de relatório técnico descrevendo o cumprimento do objeto do projeto” (VIEIRA; VIDAL; NOGUEIRA, 2020, p. 128).

Módulo VI: Legislação do Ensino Profissionalizante

Questão 1

A Resolução nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica Profissional Técnica de Nível Médio (EPT), aponta os objetivos, princípios e formas de organização desta modalidade de ensino. Considerando o estabelecido na referida Resolução, assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso) para as afirmações abaixo.

- () Ao assumir o trabalho como princípio educativo, a EPT deve privilegiar a dimensão técnica na formação dos estudantes a partir do contexto da prática profissional.
 () Os conhecimentos necessários ao exercício profissional dos alunos das escolas técnicas devem ser baseados nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.
 () A EPT deve ser ofertada articulada ao Ensino Médio, não sendo possível vinculá-la às modalidades previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 () A flexibilidade, a diversificação e a atualização são princípios na oferta de cursos da EPT.
 () Os cursos e eixos tecnológicos ofertados nas escolas profissionais de nível técnico são de livre criação dos sistemas de ensino.

A sequência correta de cima para baixo é:

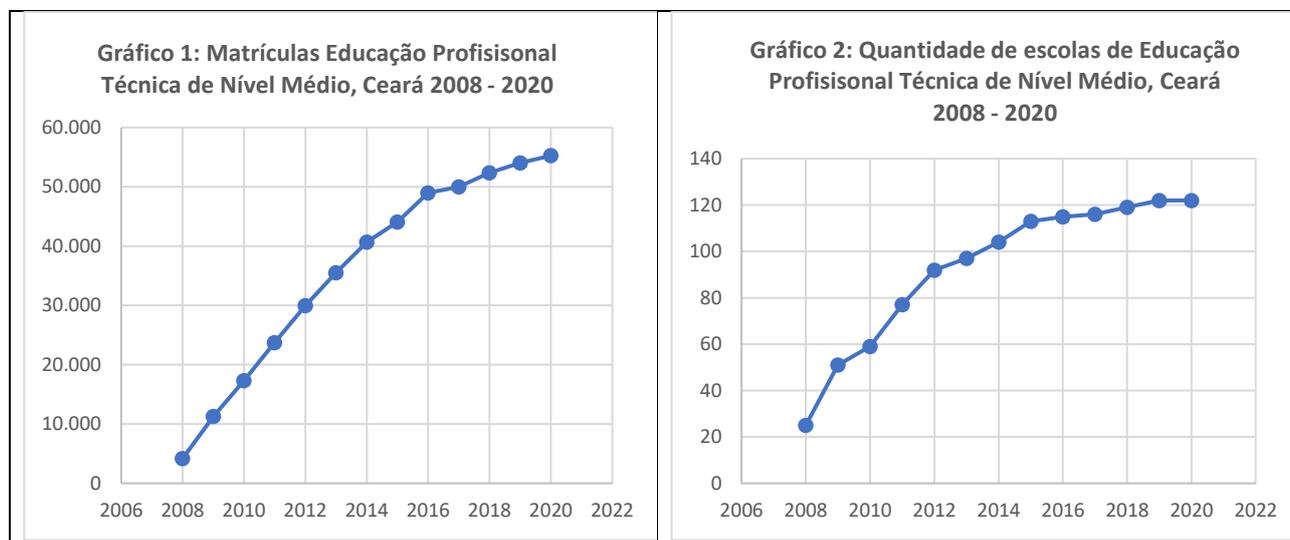
- a) F – V – F – V – V
 b) V – V – V – V – F
 c) F – V – F – V – F
 d) V – V – F – V – F

Comentário: A sequência correta é F – V – F – V – F, alternativa “c”. Conforme a norma, a afirmação “Ao assumir o trabalho como princípio educativo, a EPT deve privilegiar a dimensão técnica na formação dos estudantes a partir do contexto da prática profissional” é falsa, uma vez que os saberes e conhecimentos profissionais na EPT devem ser articulados às dimensões sociais, científicas e tecnológicas, numa perspectiva de formação integral. A afirmação “Os conhecimentos necessários ao exercício profissional dos alunos das escolas técnicas devem ser baseados nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais” é verdadeira e encontra resposta no art. 5º da referida norma. A afirmação “A EPT deve ser ofertada articulada ao Ensino Médio, não sendo possível vinculá-la às modalidades previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” é falsa, uma vez que a legislação nacional prevê a articulação da EPT em diferentes níveis e modalidades. A afirmação “A flexibilidade, a diversificação e a atualização são princípios na oferta de cursos da EPT” é verdadeira, e encontra resposta no § 2º do artigo 3º da norma. A afirmação “Os cursos e

eixos tecnológicos ofertados nas escolas profissionais de nível técnico são de livre criação dos sistemas de ensino” é falsa e encontra resposta no § 5º do artigo 3º que trata do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Questão 2

Os gráficos 1 e 2 apresentam o número de escolas e matrículas da Educação Básica Profissional Técnica de Nível Médio (EPT), no Ceará, no período 2008 – 2020.



Com base nos dados dos gráficos, é correto afirmar que:

- a) A partir de 2015, o crescimento da quantidade de escolas se estabiliza, assim como a quantidade de matrículas.
- b) Há um aumento acelerado no número de matrículas e escolas entre os anos 2008 e 2013, mas que tende a decair a partir de 2014.
- c) A elevação no número de matrículas não foi acompanhada pelo aumento no número de escolas, gerando problemas de enturmação na rede pública estadual.
- d) A evolução do quantitativo de escolas de educação profissional proporcionou uma maior oferta de cursos técnicos e o aumento no quantitativo de matrículas.

Comentário: Conforme os gráficos, a partir de 2015, houve uma estabilização na evolução do número de escolas, o que não se confirma para o número de matrículas, que continuaram crescendo, portanto, é incorreto o que se afirma na alternativa “a”. Na alternativa “b”, é incorreta a afirmação de que há uma queda no número de matrículas a partir de 2014, conforme se observa no gráfico 2. A alternativa “c” afirma que a elevação das matrículas não foi acompanhada pelo aumento do número de escolas, o que não é verdade, considerando o movimento de elevação nos dois gráficos. A alternativa “d” associa a expansão do número de escolas ao aumento do quantitativo de matrículas, afirmação verdadeira.

Questão 3

São documentos orientadores da educação profissional técnica de nível médio no Ceará:

- a) a Lei 9.394/1996; a Resolução nº 6/2012; e a Lei 17.558/2021.
- b) a Lei 9.394/1996; a Lei 10.639/2003; e a Resolução 488/2021.
- c) a Lei 11.738/2008; a Resolução nº 6/2012; e a Resolução 488/2021.
- d) a Lei 10.639/2003; a Lei 11.738/2008; e a Resolução nº 6/2012.

Comentário: a Lei 9.394/1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, orienta a educação profissional técnica de nível médio, conforme observado na Seção IV-A, do Capítulo II, e no Capítulo III da referida norma. A Resolução 6/2012, do Conselho Nacional de Educação, definiu as diretrizes curriculares para ofertas de cursos de educação profissional técnica de nível médio; a lei 17.558/2021 a política de educação profissional técnica de nível médio no Ceará. É correto o que se afirma na alternativa “a”. A alternativa “b” está incorreta pois menciona a Lei 10.639/2003 que trata sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo escolar. A alternativa “c” está errada pois apresenta a Lei 11.738/2008 que estabelece o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. A alternativa “d” apresenta as duas que não condizem com o ensino profissional conforme explicado anteriormente.

Questão 4

A Resolução nº 485/2020, do Conselho Estadual de Educação do Ceará, estabeleceu que a transversalidade do conhecimento de diferentes conteúdos, disciplinas e eixos temáticos deve perpassar os cursos de educação profissional técnica de nível médio, e para tanto é necessário considerar em suas propostas pedagógicas:

- a) a racionalização e a pluridisciplinaridade.
- b) a interdisciplinaridade e a contextualização.
- c) a contextualização e a prática.
- d) a dialética e a interdisciplinaridade.

Comentário: De acordo com o Artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 485/2020: “a interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes conteúdos, disciplinas e eixos temáticos, perpassando toda a proposta pedagógica do curso e propiciando a integração entre os saberes e os diferentes campos de conhecimento”. Portanto, o gabarito é a alternativa “b”.

Questão 5

No Ceará, a política de educação profissional articulada ao ensino médio, disciplinada pela Lei nº 17.558/2021, ao considerar o contexto da oferta de educação de jovens e adultos, desautoriza a educação profissional nessa modalidade de ensino.

a) Verdadeiro

b) Falso

Comentário: Conforme o inciso II, art. 2º, da Lei nº 17.558/2021, a expansão da EPT poderá ser assegurada pela “oferta de qualificação profissional articulada com a Educação de Jovens e Adultos – EJA”. Portanto, é Falso o que se afirma na comanda da questão.

Curso de Atualização em Gestão Escolar – Recuperação

Módulo II: Legislação Educacional

Questão 1

Com relação à Lei nº 16.287, de 20 de julho de 2017, é CORRETO afirmar:

- Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará, objetivando a oferta de Ensino Médio em Tempo Integral, com 35 (trinta e cinco) horas semanais.
- Induz o desenvolvimento por parte das EEMTIs de uma proposta pedagógica tipificada por um currículo flexível e pela oferta de itinerários formativos diversificados.
- Prevê a progressiva adequação das escolas de Ensino Médio em funcionamento, assim como as ou que vierem a ser criadas, para a oferta da formação técnica e profissional.
- Prevê que as escolas em funcionamento façam uso das instalações arquitetônicas já existentes para a oferta do Ensino Médio em tempo integral, prescindindo de adaptações em sua infraestrutura.

Comentário: De acordo com a Lei nº 16.287, de 20 de julho de 2017 institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará:

Art. 2º As Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTIs, deverão desenvolver uma proposta pedagógica que atenda às seguintes características:

I - currículo flexível, com vistas a oferecer itinerários formativos diversificados e em diálogo com os projetos de vida de cada estudante e articulado com o desenvolvimento de competências socioemocionais;

Assim sendo, o gabarito da questão é alternativa B. As demais estão erradas, senão vejamos. A alternativa A está errada na medida que a assertiva faz referência a uma rotina de 35 (trinta e cinco) horas semanais, quando, na realidade, a Lei prevê 45 (quarenta e cinco) horas semanais.

A alternativa C está errada na medida que a assertiva vincula a adequação das escolas de Ensino Médio à formação técnica e profissional, quando, na realidade a Lei faz referência à oferta de Ensino Médio em Tempo Integral, observe:

Art. 1º Fica instituída a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará objetivando a progressiva adequação das escolas já em funcionamento, ou que vierem a ser criadas, para a oferta de Ensino Médio em Tempo Integral, com 45 (quarenta e cinco) horas semanais.

Por fim, a alternativa D está errada na medida que, ao contrário do que está dito na assertiva, a Lei prevê adaptação nas instalações arquitetônicas das escolas, observe:

§ 2º As escolas já existentes ou em funcionamento que passem a ofertar o Ensino Médio em tempo integral deverão ter suas instalações arquitetônicas adaptadas em conformidade com a proposta pedagógica estabelecida nesta Lei.

Questão 2

Considere a publicação a seguir:

Plano Nacional de Educação deve terminar com cerca de 90% das metas não cumpridas

A proposta estabelece 20 metas para qualificar a oferta da educação básica no País; vigência termina em junho de 2024, por Ana Luiza Basílio

A um ano do fim de sua vigência, o Plano Nacional de Educação tem cerca de 90% de suas metas não cumpridas. O apontamento consta em um novo balanço divulgado na terça-feira, 20 pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e apresentado em audiência no Senado. A organização aponta que o cenário ‘permanece de abandono’. “Com a baixa taxa de avanço em praticamente todas as metas, apenas 4 dos 38 dispositivos progredem em ritmo suficiente para o seu cumprimento no prazo – ou seja, quase 90% dos dispositivos das metas não devem ser cumpridos até o final de vigência do Plano”, destaca. (Fonte: Carta Capital em 21.06.2023).

As afirmações a seguir se propõem a fazer uma avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE) referido na notícia acima.

- A não efetivação de um Sistema Nacional de Educação, apesar de proposta pelo atual Plano Nacional de Educação (2014 - 2024), dificultou a articulação do pacto federativo no cumprimento das metas.

- II. A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 inviabilizou o investimento público em educação, o que impossibilitou o atingimento de algumas metas.
- III. As metas do Plano Nacional de Educação (2014 - 2024) não previam a oferta de tempo integral para o ensino médio, demanda que se impôs por questões políticas.
- IV. A Base Nacional Curricular Comum foi uma demanda incorporada como uma das estratégias do atual Plano Nacional de Educação (2014 - 2024).

É correto o que se afirma em:

- a. I e II.
- b. II e III.
- c. **I, II e IV.**
- d. II, III e IV.

Comentário: É correto o que se afirma nas assertivas I, II e IV. Com efeito, no desenho então adotado pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), o Sistema Nacional de Educação foi apontado como mecanismo responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Art. 13). Passados nove anos do atual PNE, a não efetivação de um Sistema Nacional de Educação é claramente um elemento desfavorável ao pacto federativo e ao regime de colaboração demandados para o cumprimento das metas propostas.

A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, por sua vez, representou um duro golpe ao PNE. Tal Emenda instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país que inviabilizou a ampliação no investimento público em educação pública, entendida como uma das principais metas do PNE, essencial para o atingimento de outras metas do plano.

Com relação, à Base Nacional Curricular Comum, analisando as metas e estratégias do plano, observa-se que a demanda por uma base foi incorporada como uma estratégia para as metas 2, 3, 7 e 15, observe:

2.2) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

3.3) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

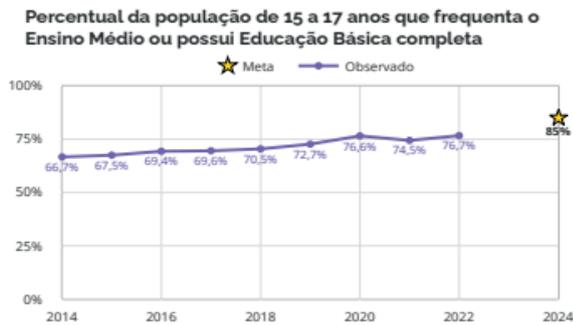
7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

15.6) promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PNE;

Por fim, a assertiva III resulta como incorreta, pois a Meta 6 visa “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”, meta que se engloba, portanto, o ensino médio.

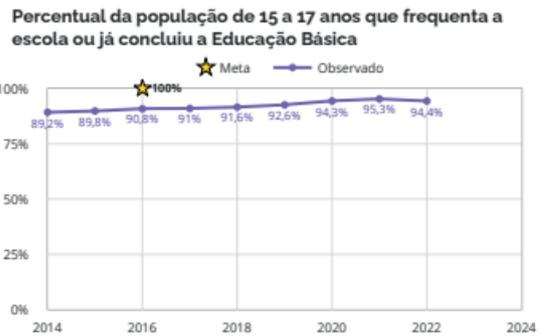
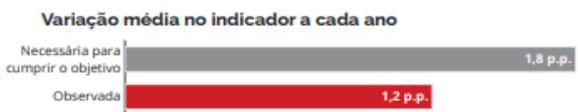
Questão 3

Os gráficos a seguir são oriundos do último balanço do PNE publicado no ano de 2023 pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e dizem respeito à Meta 3, que consiste em: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).



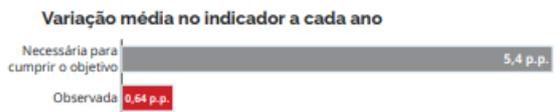
Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa (%)								
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
66.7	67.5	69.4	69.6	70.5	72.7	76.6	74.5	76.7

Fonte: PNAD Contínua / IBGE.
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica (%)								
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
89.2	89.8	90.8	91.0	91.6	92.6	94.3	95.3	94.4

Fonte: PNAD Contínua / IBGE.
Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Com base nas informações apresentadas nos gráficos, analise as alternativas a seguir.

- I. Em que pese os avanços ocorridos de 2014 a 2020, a meta de elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, apresentou queda de 2,1 p.p entre os anos de 2020 e 2021. Com isso, de 2014 a 2022, esse indicador atingiu apenas 42,3% da meta projetada.
- II. Apesar de dispor de maior variação média, o objetivo de elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) está mais longe de ser atingido do que a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.
- III. A Meta 3 do PNE determina a universalização, até o ano de 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos. No início de vigência do PNE esse indicador já registrava o índice de 89,2%. A tarefa posta para o decênio, portanto, foi elevar essa taxa em 10,8 p.p. Considerando os dados apresentados nos gráficos acima, infere-se que esse indicador avançou 5,2 p.p., cumprindo, até 2022, 48,1% da meta projetada.
- IV. De 2020 para 2022, pode-se considerar que houve estagnação em ambos os indicadores, com a elevação de apenas 0,1 p.p. Em 2020, 76,6% dos jovens de 15 a 17 anos de idade frequentavam o ensino médio ou possuíam educação básica completa. Em 2022, esse percentual foi de 76,7%. Ainda assim, o avanço nesse indicador é ainda maior do que o evidenciado quanto ao percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava a escola ou que já tinha concluído a educação básica.

É correto o que se afirma em:

- a. I e II.
- b. II e III.
- c. I, II e IV.
- d. **II, III e IV.**

Comentário: No que diz respeito à assertiva “I - Em que pese os avanços ocorridos de 2014 a 2020, a meta de elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, apresentou queda de 2,1 p.p entre os anos de 2020 e 2021. Com isso, de 2014 a 2022, esse indicador atingiu apenas 42,3% da meta projetada”, ao recuperamos os dados do gráfico acima obtemos os seguintes percentuais:

2020 – 76,6%

2021 – 74,5%

Assim, de 2020 para 2021 a queda, de fato, de 2,1 p.p. Não obstante é incorreto alegar que de 2014 a 2022, esse indicador atingiu apenas 42,3% da meta projetada. Senão vejamos:

2014 – 66,7%

2022 – 76,7%

2024 – 85,0%

Logo, a meta proposta ao buscar elevar a taxa de 66,7% para 85,0%, mira um crescimento de 18,3 p.p. Até 2022, o percentual foi 76,7%, equivalendo ao crescimento de 8,3 p.p. Nesses termos, calcula-se:

$18,3/8,3 = 100/x$	$18,3x = 8,3 \times 100$	$X = 830/18,3$	$x = 45,4\%$
--------------------	--------------------------	----------------	--------------------------------

A assertiva “II - Apesar de dispor de maior variação média, o objetivo de elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) está mais longe de ser atingido do que a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos”, por sua vez, requer uma comparação quanto ao alcance dos objetivos buscados pela Meta 3. Assim sendo, considerando os dados mais recentes, em cada um dos objetivos buscados pela meta em questão, observamos o seguinte:

Objetivo 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos.

2022 – 94,4%

2024 – 100%

Para o atingimento do objetivo a diferença é de 5,6 p.p.

A variação média no indicador a cada ano é de 0,64 p.p.

Objetivo 2: Elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

2022 – 76,7%

2024 – 85,0%

Para o atingimento do objetivo a diferença é de 8,3 p.p.

A variação média no indicador a cada ano é de 1,2 p.p.

Isso posto, mesmo dispondo de maior variação média, o objetivo de elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) está mais longe de ser atingido do que a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.

No que diz respeito à assertiva “III - A Meta 3 do PNE determina a universalização, até o ano de 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos. No início de vigência do PNE esse indicador já registrava o índice de 89,2%. A tarefa posta para o decênio, portanto, foi elevar essa taxa em 10,8 p.p. Considerando os dados apresentados nos gráficos acima, infere-se que esse indicador avançou 5,2 p.p., cumprindo, até 2022, 48,1% da meta projetada”, ao recuperamos os dados do gráfico acima obtemos os seguintes percentuais:

2014 – 89,2%

2024 – 100,0%

Logo, a meta proposta ao buscar elevar a taxa de 89,2% para 100,0%, mira, de fato, um crescimento de 10,8 p.p. Nessa linha, ao recuperamos os dados do gráfico acima obtemos os seguintes percentuais:

2014 - 89,2%

2022 – 94,4%

Conclui-se, com isso, que até 2022 o avanço foi realmente de 5,2 p.p, indicando o alcance de 48,1% da meta projetada, senão vejamos:

10,8 p.p – representa 100% da meta projetada

5,2 p.p – representa o que se avançou até 2022.

Nesses termos, calcula-se:

$10,8/5,2=100/x$	$10,8x = 5,2 \times 100$	$X=520/10,8$	$x = 48,1\%$
------------------	--------------------------	--------------	--------------

Pelo exposto, é correto o que se afirma na assertiva III.

Quando à assertiva “IV - De 2020 para 2022, pode-se considerar que houve estagnação em ambos os indicadores, com a elevação de apenas 0,1 p.p. Em 2020, 76,6% dos jovens de 15 a 17 anos de idade frequentavam o ensino médio ou possuíam educação básica completa. Em 2022, esse percentual foi de 76,7%. Ainda assim, o avanço nesse indicador é ainda maior do que o evidenciado quanto ao percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava a escola ou que já tinha concluído a educação básica”, deve-se considerar o seguinte:

Objetivo 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos.

2020 – 94,3%

2022 – 94,4%

De fato, de 2020 para 2022 a elevação de apenas 0,1 p.p.

Objetivo 2: Elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

2020 – 76,6%

2022 – 76,7%

De fato, de 2020 para 2022 a elevação de apenas 0,1 p.p.

Considera-se que o avanço no indicador “Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa” é maior do que o evidenciado no indicador “Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica”, pois a diferença registrada no segundo objetivo é de 10,0 p.p, enquanto a do primeiro é de 5,2 p.p. Observe:

Objetivo 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos.

2014 – 89,2%

2022 – 94,4%

Ou seja, o avanço foi de 5,2 p.p.

Objetivo 2: Elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

2014 – 66,7%

2022 – 76,7%

Ou seja, o avanço foi de 10,0 p.p.

Questão 4

A lei nº16.448, 12 de dezembro de 2017 institui o Prêmio Foco na Aprendizagem, destinado ao quadro funcional das escolas da rede estadual de ensino. Este prêmio tem caráter pecuniário e leva em consideração os indicadores de desempenho obtidos no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaeece), e dados de fluxo escolar do ensino médio. Ao criar mecanismos dessa natureza para premiar escolas, profissionais da educação e até alunos, a Secretaria de Educação está priorizando políticas de:

- equidade e superação das desigualdades
- meritocracia e valorização docente
- responsabilização e resultados de aprendizagem
- superação das desigualdades e valorização da gestão escolar

Comentário: A Lei 16.448/2017, ao fixar como um dos objetivos “premiar o quadro funcional das escolas que se destacarem no alcance de suas metas” (art. 2º, III), responsabiliza os agentes públicos pelo alcance dos resultados de aprendizagens aferidos pelo Spaeece. É correto o que afirma na alternativa “c”.

Questão 5

De acordo com Vieira (2007, p. 58), “A gestão pública é integrada por três dimensões: o valor público, as condições de implementação e as condições políticas”. Sobre essas dimensões, pode-se afirmar que:

- As condições políticas referem-se especificamente à questão financeira necessária à implementação das políticas públicas.
- O valor público diz respeito à intencionalidade das políticas públicas e independe das condições políticas e de implementação para ganhar materialidade.
- As condições de implementação referem-se à aderência, aceitação e viabilidade das ideias visadas pela gestão pública.
- As condições políticas tendem a ser fortalecidas por intermédio do diálogo e da negociação, que podem atuar em favor da obtenção de consensos.

Comentário: A alternativa D está correta pois aponta o diálogo e a negociação como dois instrumentos que atuam em favor das condições políticas, como bem observado por Vieira (2007, p. 59):

Embora o diálogo seja um instrumento fundamental na obtenção dos consensos necessários à construção das condições políticas, há outros ingredientes que alimentam este processo. A negociação é outro componente importante desse processo, porque gestão é arena de interesses contraditórios e conflituosos. Nesse sentido, o gestor que não é um líder em sua área de atuação poderá se deparar com dificuldades adicionais.

A alternativa A está correta pois, apesar de direta ou indiretamente passarem pela questão financeira, as condições políticas não se referem especificamente a ela, relacionando-se, mais precisamente, à aceitação das políticas públicas propostas. A alternativa B está incorreta, pois o valor público depende das condições políticas e de implementação para ganhar materialidade. Como argumentado por Vieira (2007, p. 59) “Por melhores e mais nobres que sejam as intenções de qualquer gestor ou gestora, suas ideias precisam ser viáveis (condições de implementação) e aceitáveis (condições políticas)”. Por fim, a alternativa C resulta como incorreta na medida em que as condições de implementação prendem-se ao plano mais prático da implementação de uma política pública, à sua viabilidade, demandando “disponibilidade financeira (capital e custeio), recursos humanos e outras condições materiais e imateriais (VIEIRA, 2007, p.61).

Módulo III - Gestão Democrática e Participativa

Questão 1

Sobre as dimensões do trabalho do gestor escolar, analise o caso: A gestora da Escola B entende que todas as dimensões do seu trabalho são importantes. No entanto, focaliza que a prioridade é o aprendizado dos seus estudantes, com qualidade. Para isso, dedica-se prioritariamente a monitorar os indicadores educacionais da escola, e com auxílio da coordenação pedagógica, realiza quinzenalmente reuniões de alinhamento com sua equipe docente. Oportuniza espaços de discussão e estudo, com vistas a melhoria do planejamento e organização das atividades em sala de aula. Acompanha os resultados, indica leituras aos professores, adquire materiais diversos e realiza pesquisas, de forma a colaborar na organização de estratégias de ensino e no uso de metodologias diversas.

Com base no texto acima, assinale a opção que melhor representa a dimensão focalizada no caso dessa gestora:

- Gestão financeira
- Gestão pedagógica
- Gestão patrimonial
- Gestão administrativa

Comentário: o caso analisado focaliza a dimensão da gestão pedagógica, centrando-se no acompanhamento e monitoramento dos indicadores educacionais, pensando a formação em serviço dos professores, e exercendo a colaboração com o coordenador pedagógico para trazer novas informações, leituras e pesquisas que ampliem os conhecimentos e estratégias pedagógicas dos professores.

Questão 2

De acordo com a Lei estadual nº 17.618, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a gestão democrática e participativa, integram a comunidade escolar da rede estadual de ensino:

- Estudantes matriculados em Unidades Escolares pertencentes à Rede Estadual de Ensino;
- Mães, pais ou responsáveis por estudantes da Rede Estadual de Ensino;
- Docentes em exercício na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/CE);

- IV. Demais servidores e agentes públicos em exercício na escola;
- V. Ocupantes de cargos ou funções no Conselho Tutelar.

Assinale a alternativa que apresentam os itens corretos:

- a. I, II e IV.
- b. I, III e V.
- c. I, II, III e IV.
- d. I, II, IV e V.

Comentário: de acordo com a Lei estadual nº 17.618, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a gestão democrática e participativa, integram a comunidade escolar da Rede Estadual de ensino: "I – estudantes matriculados em Unidades Escolares pertencentes à Rede Estadual de Ensino; II – mães, pais ou responsáveis por estudantes da Rede Estadual de Ensino; III – docentes em exercício na escola; IV – demais servidores e agentes públicos em exercício na escola; V – ocupantes de cargos ou funções na unidade escolar". Dessa forma, a resposta correta é o item A.

Questão 3

De acordo com a Lei estadual nº 17.618, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a gestão democrática e participativa, são três os critérios de garantia da autonomia administrativa da escola:

- a. I - formulação, aprovação e implementação do plano de gestão da escola; II - possibilidade de recebimento de recursos financeiros; III – gerenciamento dos recursos disponibilizados à unidade escolar.
- b. I - formulação, aprovação e implementação do projeto político pedagógico; II - possibilidade de recebimento de recursos financeiros; III – gerenciamento dos recursos disponibilizados à unidade escolar.
- c. I - formulação, aprovação e implementação do plano de gestão da escola; II – implementação da Unidade Executora (UEX); III – gerenciamento dos recursos disponibilizados à unidade escolar.
- d. I - formulação, aprovação e implementação do projeto político pedagógico; II - possibilidade de recebimento de recursos financeiros; III – fiscalização do uso dos recursos financeiros pelo conselho escolar.

Comentário: de acordo com a Lei estadual nº 17.618, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a gestão democrática e participativa, são três os critérios de garantia da autonomia administrativa da escola: I - formulação, aprovação e implementação do plano de gestão da escola; II - possibilidade de recebimento de recursos financeiros; III – gerenciamento dos recursos disponibilizados à unidade escolar. Resposta correta: item A.

Questão 4

De acordo com a publicação do Instituto Unibanco e da Universidad Diego Portales – UDP, sobre Liderança escolar (2021), relacione os tipos de liderança às definições correspondentes e assinale a alternativa correta:

1. Gestora	() O foco está tanto nos compromissos quanto nas capacidades daqueles que compõem a organização. Quanto maior o nível de comprometimento com os objetivos e metas da instituição, maior a capacidade de alcançá-los, o que se traduz em maior esforço e nível de produtividade de seus membros.
2. Docente	() A atenção dos líderes escolares está no desempenho eficaz de suas tarefas e funções para influenciar positivamente o resto dos membros da instituição escolar. Essa influência resultaria da posição do diretor na hierarquia da escola e no exercício adequado de suas funções em termos de políticas e procedimentos formais na unidade educacional.
3. Instrucional	() Considera que o foco de atenção dos líderes é o comportamento dos professores ao desenvolver atividades que influenciem diretamente a formação dos estudantes.
4. Transformadora	() Apresenta considerável vínculo à liderança distribuída. Esse tipo de liderança inclui liderança compartilhada, na qual os professores, com apoio de gestores, desenvolvem um trabalho conjunto de formação e de produção de conhecimentos.

A sequência correta de numeração da segunda coluna, de cima para baixo, é:

- a. 4 – 3 – 2 – 1.
- b. 4 – 1 – 3 – 2.
- c. 4 – 2 – 3 – 1.
- d. 4 – 1 – 2 – 3.

Comentário: de acordo com a publicação do Instituto Unibanco e da Universidad Diego Portales – UDP, sobre Liderança escolar (2021), o modelo de liderança transformadora é: "O foco está tanto nos compromissos quanto nas capacidades daqueles que compõem a organização. Quanto maior o nível de comprometimento com os objetivos e metas da instituição, maior a capacidade de alcançá-los, o que se traduz em maior esforço e nível de produtividade de seus membros. O modelo de liderança gestora é: "A atenção dos líderes escolares está no desempenho eficaz de suas tarefas e funções para influenciar positivamente o resto dos membros da instituição escolar. Essa influência resultaria da posição do diretor na hierarquia da escola e no exercício adequado de suas funções em termos de políticas e procedimentos formais na unidade educacional". O modelo de liderança instrucional é: "Considera que o foco de atenção dos líderes é o comportamento dos professores ao desenvolver atividades que influenciem diretamente a formação dos estudantes". E, o modelo de liderança docente é: "Apresenta considerável vínculo à liderança distribuída. Esse tipo de liderança inclui liderança compartilhada, na qual os professores, com apoio de gestores, desenvolvem um trabalho conjunto de formação e de produção de conhecimentos". Resposta correta: item B.

Questão 5

Associe as práticas de liderança às dimensões correspondentes:

1. Apontar direção de futuro	() Alocar pessoal; fornecer apoio técnico aos professores (supervisão, avaliação, coordenação); monitorar práticas de ensino-aprendizagem; evitar distrair a equipe com o que não seja o foco de seu trabalho.
2. Desenvolver pessoas	() Garantir atenção e apoio individual; fornecer cuidado e apoio intelectual; modelar relações (interação permanente e visibilidade com estudantes).
3. Reestruturar a organização	() Construir cultura colaborativa; estruturar organização que facilite o trabalho; criar relação produtiva com a família e a comunidade; conectar a escola a seu contexto e às oportunidades.
4. Gerir a instrução (ensino e aprendizagem) na escola	() Construir uma visão compartilhada; incentivar a consonância dos objetivos; estabelecer altas expectativas.

A sequência correta de numeração da segunda coluna, de cima para baixo, é:

- 4 – 2 – 3 – 1.
- 4 – 3 – 2 – 1.
- 1 – 2 – 3 – 4.
- 1 – 4 – 3 – 2.

Comentário: São práticas de liderança para gerir a instrução: “Alocar pessoal. Fornecer apoio técnico aos professores (supervisão, avaliação, coordenação). Monitorar práticas de ensino-aprendizagem. Evitar distrair a equipe com o que não seja o foco de seu trabalho”. De desenvolver pessoas: “Garantir atenção e apoio individual. Fornecer cuidado e apoio intelectual. Modelar relações (interação permanente e visibilidade com estudantes)”. De reestruturar a organização: “Construir cultura colaborativa. Estruturar organização que facilite o trabalho. Criar relação produtiva com a família e a comunidade. Conectar a escola a seu contexto e às oportunidades”. E, de apontar a direção de futuro: “Construir uma visão compartilhada. Incentivar a consonância dos objetivos. Estabelecer altas expectativas”. Resposta correta: item A.

Módulo IV: Gestão Pedagógica e de Resultados Educacionais

Questão 1

Leia as assertivas a seguir e assinale a alternativa Falsa:

- O Boletim Pedagógico é o documento que visa apresentar os resultados do Spaece, fornecendo subsídios para reflexão e construção de estratégias que contribuam para a aprendizagem dos estudantes.
- Gestores escolares e professores devem se apropriar e refletir sobre os resultados obtidos pelos estudantes no Spaece para que possam fazer ajustes necessários no trabalho desenvolvido, visando a melhoria da qualidade da educação.
- No artigo “Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola”, Alicia Bonamino e Sandra Zákia de Sousa (2012) analisam e organizam três gerações de avaliação da educação em larga escala, a partir dos objetivos e desenhos usuais em iniciativas implementadas no Brasil.
- Os Relatórios do Spaece ao apresentar as médias obtidas pelos estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática conseguem adentrar nos reais contextos escolares, revelando as relações entre os resultados de aprendizagem e os fatores intra e extraescolares.

Comentário: A alternativa falsa é a letra d, porque quando os relatórios do Spaece apresentam as médias obtidas pelos estudantes nas disciplinas, há um mascaramento da real situação de uma turma ou de uma escola. A média, com o próprio nome diz, não informa sobre os resultados mais baixos nem os mais altos, o que impede também a análise mais aprofundada dos fatores intra e extraescolares que estão afetando o desempenho dos alunos, ou o comportamento de uma turma ou escola em relação a aprendizagem.

Questão 2

O olhar pedagógico docente sobre os resultados das avaliações externas busca, entre outras ações:

- Monitorar o trabalho docente com vistas a bonificação.
- Identificar o percentual de alunos com problemas de aprendizagem.
- Promover políticas públicas voltadas a equidade.
- Acompanhamento das competências socioemocionais.

Comentário: O olhar pedagógico docente visa a identificação de alunos com dificuldades, que possibilitem assim, o professor realizar um mapeamento das aprendizagens e elaborar projetos de intervenção pedagógica de forma assertiva. Deste modo, ao identificar os padrões de desempenho dos alunos, também é possível analisar alunos que correm risco pedagógico de repetência e evasão.

Questão 3

Os padrões de desempenho – não alfabetizado, alfabetização incompleta, intermediário, suficiente e desejável (para o 2º ano do Ensino Fundamental) e muito crítico, crítico, intermediário e adequado (para as demais etapas avaliadas) – são definidos a partir de intervalos característicos da escala de proficiência. Ademais, são balizadores dos diferentes graus de realização educacional alcançados pela escola ou rede de ensino. Por meio deles, é possível analisar a distância de aprendizagem entre o percentual de estudantes que se encontram nos padrões mais altos de desempenho e aqueles que estão nos padrões mais baixos. Sobre o tema, é correto afirmar:

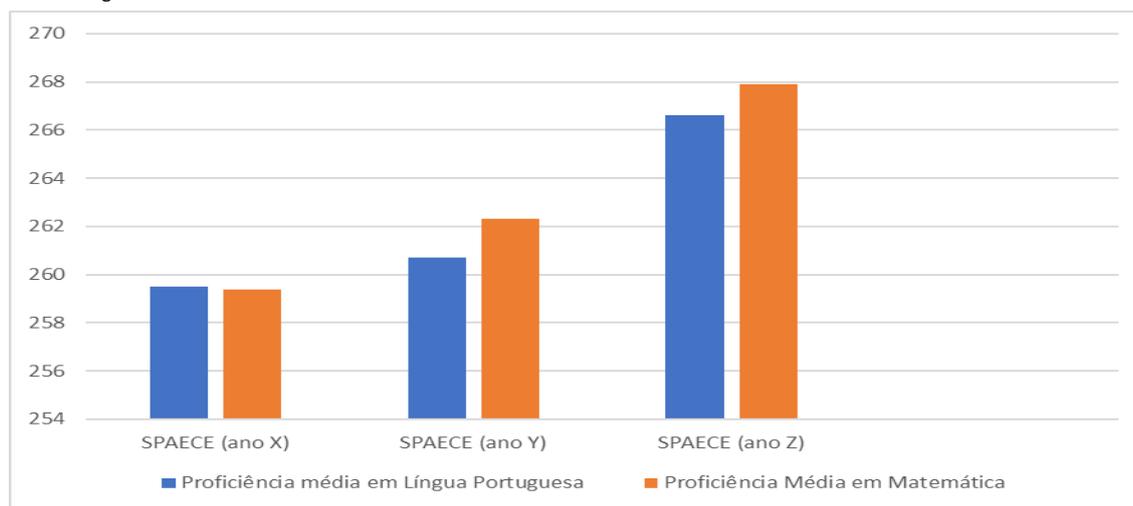
- O nível muito crítico diz respeito aos alunos que têm dificuldades em algumas habilidades no processo de aprendizagem e necessitam de apoio de um monitor para um reforço, especialmente no horário de contraturno.

- b. O nível crítico revela lacunas formativas para a série em que o aluno se encontra, exigindo ações de recuperação, semelhante ao que anteriormente denominava-se popularmente de dependência.
- c. O nível intermediário pressupõe que o aluno possui as competências mínimas esperadas para sua etapa de escolaridade, deste modo as ações pedagógicas devem se concentrar em estimular os alunos com desafios.
- d. **O nível adequado indica que os alunos conseguiram desenvolver as habilidades e competências previstas para sua etapa de escolaridade ou possuem um desenvolvimento além do esperado.**

Comentário: A alternativa “A” está incorreta pois indica ações de reforço, quando a orientação para os alunos identificados no nível muito crítico, são ações de recuperação, uma vez que os mesmos ainda revelam carência de aprendizagem. A alternativa “B” é incorreta pois a orientação pedagógica para esses alunos é o reforço na aprendizagem. A alternativa “C” encontra-se errada pois os desafios são ações orientadas para os alunos no nível adequado e não intermediário. Portanto, o gabarito desta questão é a alternativa “D”.

Questão 4

Observe o gráfico abaixo com os resultados fictícios de uma turma de alunos na 3ª série do ensino médio:



Com base nos dados apresentados e sabendo que a gestão desta escola foi a mesma nos anos analisados, julgue os itens abaixo:

- I. Os resultados denotam um movimento ascendente tanto em Língua Portuguesa como em Matemática.
- II. É possível inferir que os gestores trabalharam ações diferenciadas no componente curricular Matemática, visto a elevação superior à Língua Portuguesa.
- III. Os gestores desta escola devem analisar os dados por aluno a fim de identificar as habilidades mais críticas e, desse modo, traçar ações ainda mais assertivas.
- IV. Os resultados melhoraram nas três edições observadas, contudo, permanecem dentro do mesmo nível de desempenho.

Estão corretos:

- a. I, II, III e IV.
- b. II e IV.
- c. II e III.
- d. **I, III e IV.**

Comentário: O item I está correto pois os números apresentaram uma tendência ascendente nos dois componentes curriculares avaliados. O item II está incorreto pois a partir dos resultados não é possível inferir o trabalho dos gestores, existem outros fatores que podem ter colaborado para a melhoria destes, como por exemplo: a lotação de professores, desenvolvimento de projetos específicos, trabalho com material diferenciado, entre outros. Somente um olhar pedagógico acurado será capaz de identificar os fatores que levaram a melhoria observada, O item III está correto pois é uma das orientações pedagógicas enviadas pela secretaria de educação é traçar o perfil dos alunos conforme resultados recebidos. O item IV também é correto, uma vez que os resultados transitam entre 225 - 275, caracterizando o nível crítico para ambos os componentes curriculares.

Questão 5

Assinale a alternativa que não faz parte dos três princípios fundantes da prática educativa das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, de acordo com as “Diretrizes e Orientações Pedagógicas, de 2020”.

- a. **O Currículo flexível, com vistas a oferecer itinerários formativos diversificados, em diálogo com os projetos de vida de cada estudante e articulado com o desenvolvimento de competências socioemocionais.**
- b. A escola como comunidade de aprendizagem, que remete ao conceito de que a educação se alicerça em dois processos basilares: as interações e a participação da comunidade.
- c. A aprendizagem cooperativa como método pedagógico estruturante (os princípios da aprendizagem cooperativa trazem para a organização pedagógica a possibilidade de desenvolvimento intelectual, a partir da efetiva interação entre os estudantes).
- d. O protagonismo estudantil como princípio imperativo para a proposta de ensino médio (o jovem como centro do processo educativo, estimulando-o a desenvolver a capacidade de fazer escolhas e de encontrar formas criativas de superação).

Comentário: é uma característica da proposta pedagógica das EEMTI, mas não princípio “O Currículo flexível, com vistas a oferecer itinerários formativos diversificados, em diálogo com os projetos de vida de cada estudante e articulado com o desenvolvimento de competências socioemocionais”

Módulo V - Gestão Administrativa/Financeira

Questão 1

Você é um(a) gestor(a) com largo conhecimento e experiência relativos aos critérios de repasse, execução, prestação de contas, monitoramento e fiscalização do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Considerando a Resolução nº 15 de 16 de setembro de 2021, o que você diria para um(a) gestor(a) que assumiu recentemente o cargo?

- I. Que é preciso zelar pelos levantamentos e avaliações da educação básica realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano que antecede o repasse de recursos.
- II. Que o PDDE é uma fonte de financiamento da educação de caráter suplementar, sendo seus recursos contabilizados na cesta que compõe os percentuais fixados constitucionalmente para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- III. Que é imprescindível guardar as comprovações das despesas e pagamentos realizados para fins de prestação de contas junto aos órgãos de fiscalização e controle, por cerca de 60 (sessenta) meses.
- IV. Que a responsabilidade pela prestação de contas relativa aos recursos do PDDE limita-se à sua própria gestão, estando o(a) gestor(a) em exercício isento(a) responder ou prestar esclarecimento sobre eventual inadimplência ocorrida na gestão anterior.

Analise cada uma das afirmações e identifique a alternativa correta quanto ao fato delas serem VERDADEIRAS ou FALSAS.

- a. **F, F, V, F.**
- b. V, F, V, F.
- c. V, V, F, V.
- d. F, V, F, V.

Comentário: A assertiva “I. Que é preciso zelar pelos levantamentos e avaliações da educação básica realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep no ano que antecede o repasse de recursos” é FALSA, as avaliações da educação básica realizadas pelo INEP não influem nos repasses do PDDE, nos termos da Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021:

Art. 14. O montante devido, anualmente, as escolas públicas com UEx e as escolas privadas de educação especial, será calculado pela soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino, com o valor variável, de acordo com o número de estudantes matriculados no estabelecimento, tendo como parâmetros os “Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE” que compõem o Anexo I desta Resolução.

§ 1º O montante devido a escolas públicas sem UEx será calculado considerando apenas o valor variável a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º Para efeito do cálculo de que trata o caput deste artigo, será considerado o número de estudantes matriculados na educação básica do estabelecimento de ensino, de acordo com o Censo Escolar do ano anterior ao do repasse as escolas públicas e escolas privadas de educação especial.

A assertiva “II. Que o PDDE é uma fonte de financiamento da educação de caráter suplementar, sendo seus recursos contabilizados na cesta que compõe os percentuais fixados constitucionalmente para manutenção e desenvolvimento do ensino” É FALSA, pois nos termos da Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021:

Art. 6º O FNDE, para operacionalizar o PDDE e Ações Integradas, contará com a parceria dos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, das Unidades Executoras – UEx e das Entidades Mantenedoras – EM, cabendo, entre outras atribuições previstas nesta Resolução:

III – às Entidades Executoras – EEx:

d) não considerar os repasses do PDDE e Ações Integradas no cômputo dos 25% (vinte e cinco por cento) de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal;

A assertiva “III. Que é imprescindível guardar as comprovações das despesas e pagamentos realizados para fins de prestação de contas junto aos órgãos de fiscalização e controle, por cerca de 60 (sessenta) meses” é VERDADEIRA, pois nos termos da Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021:

Art. 28. Os documentos probatórios das pesquisas de preço, de que trata o art. 27 desta Resolução, bem como os comprovantes de despesas e de pagamentos efetuados para as aquisições de materiais e bens e/ou contratação de serviços deverão ser arquivados, por meio físico ou digital, em suas respectivas sedes, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, **pelo prazo de 5 (cinco) anos**, conforme previsto no art. 27 da Lei nº 11.947, de 2009, **em boa ordem e organização, à disposição dos órgãos de acompanhamento e controle interno e externo**, após a aprovação da referida prestação de contas pelo FNDE e o julgamento da prestação de contas anual do FNDE pelo Tribunal de Contas da União – TCU, **para disponibilização, quando solicitados, pelo FNDE, órgãos de controle interno e externo e Ministério Público Federal**.

A assertiva “IV. Que a responsabilidade pela prestação de contas relativa aos recursos do PDDE limita-se à sua própria gestão, estando o(a) gestor(a) em exercício isento(a) responder ou prestar esclarecimento sobre eventual inadimplência ocorrida na gestão anterior” é FALSA, pois nos termos da Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021:

Art. 38. A entidade que, por motivo de força maior, dolo ou culpa não apresentar, tiver aprovadas parcialmente ou reprovadas as suas prestações de contas, deverá apresentar as devidas justificativas ao FNDE.

§ 1º Considera-se caso fortuito fato ou acontecimento, cujos efeitos não eram possíveis de evitar ou impedir.

§ 2º Na falta de apresentação ou da não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas por culpa ou dolo do gestor anterior, as justificativas a que se refere o caput **deverão ser apresentadas pelo gestor que estiver no exercício do cargo à época em que foi levantada a omissão ou a irregularidade pelo FNDE.**

§ 3º Caso as justificativas, que trata o § 2º deste artigo, não sejam apresentadas pelo gestor responsável, **é de responsabilidade do gestor sucessor a instrução obrigatória da Representação, nos moldes legais exigidos, a ser protocolada no Ministério Público Federal** com, no mínimo, os seguintes elementos:

I – qualquer documento disponível referente à transferência dos recursos, inclusive extratos da conta corrente específica do PDDE e Ações Integradas;

II – relatório sucinto da destinação dada aos recursos transferidos;

III – qualificação do ex-gestor, inclusive com o endereço atualizado, se houver; e

IV – documento que comprove a situação atualizada quanto à inadimplência da EEx, UEx ou da EM perante o FNDE.

§ 4º O disposto no caput e nos §§ 2º e 3º aplica-se às UEx, devendo as justificativas serem apresentadas ao FNDE e a cópia autenticada da Representação ser protocolada no Ministério Público Federal pela própria UEx.

§ 5º O FNDE examinará as justificativas e a Representação de que trata este artigo a fim de:

I – acolhimento da justificativa: retirar o registro de inadimplência, caso existente, para fins de restabelecimento de repasses;

II – acolhimento da representação: suspender o registro de inadimplência, caso existente, para fins de restabelecimento de repasses; e

III – indeferimento: devolvê-las à(s) EEx e EM para as correções e complementações que se fizerem necessárias e manter o registro de inadimplência, caso existente.

§ 6º As justificativas e a Representação de que trata este artigo, deverão ser arquivadas na sede das respectivas EEx, UEx ou EM, pelo prazo e para os fins previstos no art. 30 desta Resolução.

§ 7º Na hipótese de não serem providenciadas ou não serem aceitas as justificativas e a Representação de que trata este artigo, **o FNDE incluirá o gestor sucessor como responsável solidário pelo dever de prestar contas**, quando se tratar de omissão de prestação de contas cujo prazo para o envio tiver **expirado em sua gestão**.

Questão 2

Nas palavras de Vieira, Vidal e Nogueira (2020, p. 103) “Na gestão do cotidiano escolar, a presença ou ausência de recursos financeiros é o que mais chama a atenção da comunidade escolar, seja pelas dificuldades em dispor desses recursos, seja pelos procedimentos necessários à sua utilização. Nessa linha, elas afirmam que “É necessário, ainda, saber como utilizar adequadamente esses recursos, tendo em vista, de um lado, a potencialização de seus resultados e, de outro, sua prestação de contas legal” (VIEIRA; VIDAL; NOGUEIRA, 2020, p. 104). Tendo isso em mente, e considerando a Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), responda de que forma os recursos decorrentes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) podem ser gastos.

- Na implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento por outros programas executados pelo FNDE, exceto aquelas executadas sob a égide das normas do PNAE.
- Na cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários.**
- Na cobertura de despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das Unidades Executoras Próprias – UEx, desde que tais gastos recorram a valores liberados na categoria “recursos de capital”.
- Na aquisição de materiais permanente e de consumo, na implementação de projeto pedagógico, no desenvolvimento de atividades educacionais, bem como na cobertura de gastos com pessoal.

Comentário: Com efeito, conforme estabelece a Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Art. 4º: Os recursos do PDDE e Ações Integradas destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados: I – na aquisição de material permanente; II – na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar; III – na aquisição de material de consumo; IV – na avaliação de aprendizagem; V – na implementação de projeto pedagógico; e VI – no desenvolvimento de atividades educacionais; § 1º Os recursos do PDDE e Ações Integradas, liberados na categoria de custeio, poderão ser utilizados, também, para cobrir despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das Unidades Executoras Próprias – UEx, definidas na forma do Inciso III do art. 5º desta Resolução, bem como as relativas a recomposições de seus quatro membros, devendo tais desembolsos ser registrados nas correspondentes prestações de contas.

Questão 3

Dentre outras atribuições, nos termos do Artigo 12 (inciso II) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros. Assinale qual das alternativas a seguir encontra respaldo legal com o que se estabelece no referido inciso e é reveladora da gestão administrativa e financeira da escola.

- envolve desde a elaboração da proposta pedagógica-curricular para as diferentes etapas de ensino até o acompanhamento das crianças ou avaliação de desempenho dos estudantes, passando por um processo de trabalho junto aos professores.
- articula-se a um conjunto de temas estratégicos da gestão educacional e escolar, associando-se às relações intrapessoais e interpessoais que dizem respeito à comunidade educativa visando à participação de todos os seus segmentos.
- envolve o estudo, acompanhamento e preocupação com a melhoria dos indicadores educacionais da escola, especialmente dos indicadores de acesso e participação, indicadores de eficiência e rendimento e indicadores de desempenho escolar.

- d. contempla a atuação em questões como a manutenção e melhoria da infraestrutura escolar; a aquisição, conservação e uso de equipamentos e materiais didáticos; a organização e o utilização dos espaços; o uso dos patrimônios material e imaterial da escola.

Comentário: Com efeito, diferentemente das gestões pedagógica, relacional e de indicadores educacionais, a gestão administrativa e financeira da escola diz respeito à “atribuição dos gestores escolares assegurar a manutenção dos equipamentos e materiais permanentes, de maneira que esses se mantenham em condições adequadas de funcionamento e consigam atender às necessidades dos docentes e alunos durante a realização das atividades pedagógicas” (VIEIRA; VIDAL; NOGUEIRA, 2020, p. 110). Nesse sentido, a gestão administrativa e financeira é encarregada não só de zelar pelos patrimônios material e imaterial da escola, como também pela gestão e bom uso dos recursos financeiros e pelos procedimentos necessários à sua utilização.

Questão 4

A Diretora da Escola de Ensino Médio Padre Coriolano está com uma situação de carência de professor decorrente de uma licença para tratamento de saúde. É de conhecimento da Diretora que, atualmente, a SEDUC não dispõe de docente aprovado em seleção pública destinada à contratação para atender esse tipo de necessidade temporária de excepcional interesse público nas Escolas Estaduais. Com respaldo na legislação concernente, dentre as alternativas abaixo, indique qual pode ser adotada para resolver tal situação.

- A vaga em questão pode ser preenchida a partir da realização de prova escrita, entrevista e avaliação dos títulos de potenciais candidatos para fins de análise da capacidade profissional por parte do Conselho Escolar e Núcleo Gestor da Escola, com a anuência da CREDE.
- A vaga em questão pode ser preenchida por um servidor que mantenha vínculo com a Administração Pública Direta do Município correspondente, com a condição de que ele seja professor efetivo ou ocupe cargo de natureza técnica ou científica no referido município.
- A vaga em questão pode ser preenchida por um professor efetivo da rede estadual de ensino básico com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, desde que haja aprovação do aumento de sua carga horária de trabalho por meio de uma avaliação de desempenho.
- A vaga em questão pode ser preenchida por um professor da área da carência que seja concursado no município correspondente e que ateste disponibilidade de assumir os turnos e carga horária demandados, mesmo sendo cunhado da Diretora da escola.

Comentário: A assertiva “A) A vaga em questão pode ser preenchida a partir da realização de prova escrita, entrevista e avaliação dos títulos de potenciais candidatos para fins de análise da capacidade profissional por parte do Conselho Escolar e Núcleo Gestor da Escola, com a anuência do CREDE” é INCORRETA pois, a Lei complementar nº 22, de 24 de julho de 2000, ao dispor sobre a Contratação de Docentes, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nas Escolas Estaduais, orienta esse tipo de procedimento seja realizado por meio da avaliação do “Curriculum Vitae” e entrevista pelo Conselho Escolar e Núcleo Gestor da Escola, não sendo requerida para tanto a anuência do CREDE. Senão vejamos:

Art. 4º. A contratação temporária deverá ser precedida de seleção pública específica para esse fim, constante de provas escrita e de títulos, devendo referida contratação ser acompanhada por técnicos do Sistema de Acompanhamento Pedagógico- SAP, do Núcleo de Recursos Humanos e da Auditoria Interna da SEDUC.

§ 1º. Na hipótese do não suprimento das carências por falta comprovada de docentes selecionados, conforme o disposto neste artigo, poderão ser contratados professores para o exercício temporário do magistério, devendo a contratação ser precedida de análise da capacidade profissional, comprovada mediante avaliação do “Curriculum Vitae” e entrevista do mesmo, pelo Conselho Escolar e Núcleo Gestor da Escola.

A assertiva “B) A vaga em questão pode ser preenchida por um servidor que mantenha vínculo com a Administração Pública Direta do Município correspondente, com a condição de que ele seja professor efetivo ou ocupe cargo de natureza técnica ou científica no referido município” é INCORRETA, pois, para esses casos além da exceção se aplicar ao servidor que “ocupe cargo, emprego ou função de natureza técnica ou científica ou de professor”, também é necessário que o interessado “comprove a compatibilidade de horários com o cargo acumulável”. Senão vejamos:

Art. 8º. É vedada a contratação, nos termos desta Lei Complementar, de servidores que mantenham vínculo com a Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como empregados ou servidores de suas subsidiárias e contratadas, sob pena de nulidade do contrato e apuração da responsabilidade administrativa da Contratante e do Contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução de valores pagos ao Contratado, se por culpa deste.

Parágrafo único. A proibição prevista neste artigo não se aplica àqueles casos em que o Contratado ocupe cargo, emprego ou função de natureza técnica ou científica ou de professor e comprove a compatibilidade de horários com o cargo acumulável, excetuando-se os casos em que o Contratado seja ocupante de cargo efetivo de carreira de magistério na rede de ensino estadual.

A assertiva “C) A vaga em questão pode ser preenchida por um professor efetivo da rede estadual de ensino básico com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, desde que haja aprovação do aumento de sua carga horária de trabalho por meio de uma avaliação de desempenho” é CORRETA, pois a Lei complementar nº 22, de 24 de julho de 2000, em seu artigo 9º determina que:

Art. 9º. O Art. 4º da Lei nº 12.502, de 31 de outubro de 1995, publicada no D.O.E de 09 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. A ampliação da carga horária de trabalho para suprir carência decorrente de vaga no sistema de Ensino Público Estadual será precedida de Avaliação de Desempenho, realizada pelo Núcleo Gestor e Conselho Escolar da Unidade onde o professor se encontra em exercício com a anuência do CREDE.

A assertiva “D) A vaga em questão pode ser preenchida por um professor da área da carência que seja concursado no município correspondente e que ateste disponibilidade de assumir os turnos e carga horária demandados, mesmo sendo cunhado da Diretora da escola” é INCORRETA, pois o professor candidato à contratação possui parentesco de segundo grau com a Diretora da escola:

Art. 4º. A contratação temporária deverá ser precedida de seleção pública específica para esse fim, constante de provas escrita e de títulos, devendo referida contratação ser acompanhada por técnicos do Sistema de Acompanhamento Pedagógico- SAP, do Núcleo de Recursos Humanos e da Auditoria Interna da SEDUC.

§ 2º. É proibida a contratação, nos termos do § 1º deste artigo, de professores **que tenham vínculo de parentesco até segundo grau com os membros do Núcleo Gestor da Unidade Escolar**, sob pena de nulidade do contrato e apuração de responsabilidade administrativa da contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado, se por culpa deste.

Questão 5

Profa. Verônica Martins é diretora de uma escola de ensino médio em tempo integral com 456 alunos matriculados. Os estudantes dessa escola não são subsidiados pelo Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Nos termos da legislação em vigor, Resolução nº 2, de 10 de março de 2023 que altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, o valor *per capita* para oferta da alimentação escolar por estudante matriculado no ensino médio é de R\$ 0,50 (cinquenta centavos), por estudante matriculado em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h na escola ou em atividades escolares é de R\$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos), por estudante matriculado em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos é R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos), enquanto por estudante contemplado no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral é de R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos). Assim sendo:

- O montante de recursos financeiros equivalente ao quantitativo de estudantes matriculados na escola é de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).
- O montante de recursos financeiros equivalente ao quantitativo de estudantes matriculados na escola é R\$ 124.944,00 (cento e vinte e quatro mil e novecentos e quarenta e quatro reais).
- O montante de recursos financeiros equivalente ao quantitativo de estudantes matriculados na escola é R\$ 78.432,00 (setenta e oito mil e quatrocentos e trinta e dois reais).
- O montante de recursos financeiros equivalente ao quantitativo de estudantes matriculados na escola é de R\$ 233.472,00 (duzentos e trinta e três mil e quatrocentos e setenta e dois reais).

Comentário: A Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020 em seu artigo 47 determina que: “O FNDE transferirá recursos financeiros de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, nos termos do disposto na Lei nº 11.947/2009, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, processando-se da seguinte forma: I – o montante de recursos financeiros destinados a cada EEx, para atender aos alunos definidos no art. 6º desta Resolução, será o resultado da soma dos valores a serem repassados para cada aluno atendido e será calculado utilizando-se a seguinte fórmula: $VT = A \times D \times C$ (sendo: VT = valor a ser transferido; A = número de alunos; D = número de dias de atendimento; C = valor per capita para a aquisição de gêneros para o alunado).”

Na sequência tal normativa estabelece o valor per capita para oferta da alimentação escolar por tipo de matrícula. Recentemente, tais valores foram corrigidos pela Resolução nº 2, de 10 de março de 2023. Em decorrência disso, tendo por base os novos valores apresentados no comando da questão em tela, chegamos aos seguintes cálculos:

- Cálculo A: $456 \times 200 \times 0,50 = R\$ 45.600,00$ (quarenta e cinco mil e seiscentos reais) - para escolas com estudantes com estudantes matriculados no ensino médio, dado que o valor *per capita* é de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por estudante.
- Cálculo B: $456 \times 200 \times 1,37 = 124.944,00$ (cento e vinte e quatro mil e novecentos e quarenta e quatro reais) - para escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h na escola ou em atividades escolares, dado que o valor *per capita* é de R\$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) por estudante.
- Cálculo C: $456 \times 200 \times 0,86 = 78.432,00$ (setenta e oito mil e quatrocentos e trinta e dois reais) - para escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos, dado que o valor *per capita* é R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por estudante.
- Cálculo D: $456 \times 200 \times 2,56 = R\$ 233.472,00$ (duzentos e trinta e três mil e quatrocentos e setenta e dois reais) - para escolas com estudantes contemplados no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, dado que o valor *per capita* é de R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos) por estudante.

Para a situação proposta, se aplica o cálculo B já que estamos nos referindo a uma escola de ensino médio em tempo integral com 456 alunos matriculados, cujos estudantes não são contemplados Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

Atividades Avaliativas do Módulo VI

Questão 1.

A organização político-institucional brasileira tem como base o federalismo e prevê que as normativas legais, em particular no âmbito do planejamento educacional, devem estar em consonância. Para tanto, é necessário um diálogo entre os entes federativos e seus documentos normativos. Sobre o tema, é correto o que se afirma em:

- O Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação, ambos vigentes, orientam o mesmo percentual de crescimento de matrículas da educação profissional e técnica.
- O Plano Estadual de Educação foi organizado com base nas Conferências Municipais e Estaduais de Educação e teve como responsável a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.
- O Plano Nacional de Educação prevê triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 30% da expansão no segmento público.
- O Plano Estadual de Educação indica estratégias para o alcance da meta, entre elas, ampliar o número de escolas mediante a análise de demanda do setor produtivo, garantindo assim a qualidade e a sustentabilidade da política.

Comentário: O gabarito da questão é a alternativa D que apresenta o texto contido na estratégia 11.1 da meta 11 no Plano Estadual de Educação (Lei nº 16.025/2016). A alternativa A está incorreta pois o Plano Nacional de Educação prevê “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.” Enquanto o

Plano Estadual indica em sua meta 11: “assegurar 30% (trinta por cento) das matrículas de Ensino Médio articuladas à Educação Profissional e Técnica, até 2024”. A alternativa B está errada pois a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa foi somente uma das instituições integrantes do Fórum Estadual de Educação, órgão vinculado ao Conselho Estadual de Educação e que teve como principal incumbência a articulação da Conferência Estadual, que culminou no Plano Estadual de Educação. A alternativa C está incorreta pois a meta do Plano Nacional de educação prevê “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”, e não 30% conforme indica a alternativa.

Questão 2.

Acerca dos modelos pedagógicos e de gestão das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará, analise as assertivas abaixo:

- I. A parte diversificada teve como referência o currículo do PROCENTRO/ICE, dessa forma, as EEEP inicialmente ofertavam, como atividades complementares, a unidade curricular TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional), focada na elaboração do Projeto de Vida dos alunos.
- II. A Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) é um modelo de gestão, tem por base a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), então aplicado nas escolas implantadas pelo ICE, cujo princípio fundamental era “a educação de qualidade deve ser o negócio da escola”.
- III. As Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará visam à oferta de cursos técnicos de nível médio e de formação continuada, públicos e gratuitos, a distância, a professores da educação profissional. Os cursos serão ministrados por instituições públicas de ensino técnico de nível médio.

Assinale a alternativa correta:

- a. Uma das assertivas está errada.
- b. Duas das assertivas estão erradas.
- c. Uma das assertivas está correta.
- d. Nenhuma das assertivas está correta.

Comentário: As assertivas I e II estão corretas. A assertiva III trata sobre o Programa Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil e não das escolas estaduais de educação profissional.

Questão 3.

O quadro abaixo apresenta a evolução do quantitativo de estudantes, agora técnicos, que concluíram o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, bem como os estudantes que foram inseridos no mundo do trabalho e os alunos que foram inseridos no Ensino Superior no período de 2010 a 2019:

Ano	Concludentes	Inserção Profissional	Inserção no Ensino Superior
2010	3.233	-	-
2011	6.066	916	-
2012	6.301	1.729	1.655
2013	8.955	2.801	3.973
2014	11.418	3.572	4.866
2015	11.801	2.833	5.089
2016	13.490	550	6.676
2017	15.192	701	6.342
2018	15.430	871	6.764
2019	16.301	746	4.448

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2020).

Com base nos dados apresentados acima e seus estudos sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a. Constata-se que o número de estudantes concludentes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no período de 2010 a 2019 aumentou a cada ano. Esse resultado não condiz com a oferta crescente no número de escolas inauguradas e em funcionamento no Ceará ao longo dos anos, uma vez que a maior parte das escolas foi inaugurada entre 2008 e 2010.
- b. Quando comparamos o resultado do quantitativo de alunos concludentes, com o quantitativo de alunos inseridos no mundo do trabalho e inseridos no Ensino Superior, percebemos que há uma pequena parcela de estudantes que não entraram em nenhuma estatística de inserção, o que denota o caráter empreendedor dos alunos.
- c. Comparando o quantitativo de estudantes inseridos no mundo do trabalho com os estudantes inseridos no Ensino Superior, percebe-se que, a partir do sexto ano de funcionamento das escolas profissionais, os dados começam a se diferenciar apresentando a inserção no Ensino Superior bem acima da inserção profissional.
- d. Esses resultados nos levam a compreender que a política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional necessita rever seus propósitos e reorientar as práticas com vistas a aumentar o número de alunos que ingressam no ensino superior, assegurando assim o que está disposto nos documentos orientadores da política de educação profissional no estado do Ceará.

Comentário: De acordo com a tabela apresentada, a partir de 2013, portanto o sexto ano de funcionamento das escolas profissionais, é possível observar o crescimento do número de egressos que continuaram os estudos ao se inserir no ensino superior. O número tende a crescer nos demais anos, enquanto a inserção no mercado profissional sofre uma redução.

Questão 4.

Das cem escolas de ensino médio com bons resultados de aprendizagem e que atendem alunos com baixo nível socioeconômico, 55 são do Ceará. As informações são de um estudo sobre a qualidade do ensino médio, realizado pelas instituições Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), Fundação Lemann, Instituto Unibanco e Itaú BBA. Outros três estados sediam as demais escolas: Espírito Santo (14); Goiás (7) e Pernambuco (7). Para esse resultado, o estudo considerou as notas do Enem, da Prova Brasil, a taxa de aprovação de cada escola pesquisada, além da faixa de nível socioeconômico, de acordo com classificação do Inep. (Fonte: <https://www.seduc.ce.gov.br/2019/10/02/ceara-tem-55-escolas-de-ensino-medio-entre-as-100-mais-bem-avaliadas-do-brasil/>)

Com base na notícia acima e nos estudos realizados no Módulo VI, assinale a alternativa CORRETA:

- Os resultados apresentados pelas Escolas Profissionais no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará apontam fragilidades no modelo de ensino das EEEP, diferentemente do que é constatado pelas avaliações federais.
- Houve um aumento do ingresso de concludentes das EEEP no mercado de trabalho nos últimos quinze anos, o que comprova a eficiência deste modelo de escola e a capacidade dos municípios interioranos em absorver essa nova mão de obra.
- Considerando a política de desenvolvimento econômico e social do Ceará, muitos cursos técnicos têm sido ampliados a fim de aumentar as vagas e consequentemente o ingresso no mercado de trabalho.
- A política de educação profissional tem promovido e ampliado o acesso à educação e ao trabalho com equidade e justiça social, proporcionando novas oportunidades aos jovens que podem optar por ingressar no mercado de trabalho ou a formação em nível superior.

Comentário: O gabarito da questão é a alternativa D. A alternativa A está errada pois menciona o SPAECE, que não fora citado no texto de suporte, ainda assim é incorreta quando aponta que os resultados nesta avaliação são inferiores aos das avaliações federais. A alternativa B está errada pois, conforme estudos a partir do material indicado e das videoaulas, houve uma redução no número de estudantes ingressando no mercado de trabalho e um número muito maior de alunos que continuam seus estudos no ensino superior. A alternativa C está errada uma vez que é uma das necessidades apontadas pelos estudos dizem respeito a reflexão e análise das possibilidades de regionalização de alguns cursos técnicos ou escolas e do fortalecimento produtivo de municípios com perfil de referência para o desenvolvimento de atividades industriais, agrárias e de serviços, que ocupem os egressos da educação profissional.

Questão 5.

Com base na Lei Estadual nº 14.273/2008, que criou as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), julgue as assertivas abaixo marcando V para verdadeiro e F para falso:

- () As Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), terão corpo docente especializado e jornada de trabalho integral, sendo sua estrutura organizacional regulamentada em Decreto específico.
- () Para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), poderá ocorrer em jornada de tempo integral.
- () A lotação de docentes nas EEEPs, nas áreas da base comum e diversificada do currículo do ensino médio, depende da aprovação em seleção específica simplificada, conforme estabelecido em edital podendo ser realizada pela SEDUC, por meio das CREDEs e SEFOR ou, ainda, diretamente pelas EEEPs.
- () A referida lei criou a Gratificação de Desempenho, a ser concedida aos ocupantes de cargos comissionados e professores lotados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, que desempenhem suas atividades em regime de tempo integral.

A ordem correta de cima para baixo é:

- F – F – V - F
- V – F – V - V
- F – V – V - F
- V – V – F - V

Comentário: O único item falso é o segundo que menciona a possibilidade de jornada de tempo integral, quando a referida lei explicita no Parágrafo único do Artigo 1º que acontecerá em tempo integral, não sobrando espaço para outra possibilidade de funcionamento. As demais assertivas correspondem ao que está posto na Lei, conforme Artigos 2º, 3º e 5º, respectivamente

ANEXO II DO COMUNICADO Nº 118/2023-CEV/UECE, DE 02/08/2023

Desempenho de cada candidato matriculado no Curso de Atualização em Gestão Escolar do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional.

Pedido	Nome	Cidade	Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		Módulo VI		Desempenho
			Quiz	Avaliação									
121	Aecio Lucas de Oliveira	Iguatu	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
141	Ana Angela Araujo Braz	Sobral	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
998	Ana Clecia de Abreu Tome	Sobral	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2176	Ana Fabiola Ribeiro de Sousa	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1914	Ana Maria Sousa Farias	Itapipoca	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
9	Ana Maria Tomaz de Vasconcelos	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
1560	Ana Zelia da Cunha Ramos	Tiangua	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2737	Anatalia Carvalho Albuquerque	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	80	Respondido	88	Respondido	100	Satisfatório
108	Antonia Cyra Esmeraldo Arrais	Crato	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2543	Antonia de Jesus Angelo	Russas	Respondido	100	Satisfatório								
2335	Antonia Gisela Magalhaes Araujo	Sobral	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2229	Antonia Lannuzza Gomes Loureiro	Taua	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
146	Antonia Rita Ferreira e Silva	Fortaleza	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	60	Satisfatório
1294	Antonia Valdelucia Costa	Juazeiro do Norte	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	60	Satisfatório
2406	Antonio Claudio Regis Oliveira Soares	Crateus	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
127	Antonio Elival Pereira	Iguatu	Respondido	80	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3301	Antonio Helonis Borges Brandao	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	88	Respondido	80	Satisfatório
3722	Antonio Rodrigues Lima	Taua	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3434	Benedito Braz Sobrinho	Tiangua	Respondido	100	Satisfatório								
3016	Boaz David de Lima Gino	Juazeiro do Norte	Respondido	100	Satisfatório								
2702	Carla Cristina Cavalcante Melo	Crateus	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3274	Carlos Segundo Sales de Oliveira	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
88	Cicero Pereira de Oliveira	Brejo Santo	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	84	Respondido	60	Satisfatório
3357	Clairton Lourenco Santos	Camocim	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
602	Claudiana Pinheiro Gomes	Jaguaribe	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1171	Consolacao Linhares de Carvalho	Sobral	Respondido	100	Satisfatório								
21	Corina Bastos Bitu	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
17	Daniela Viana Vasconcelos de Albuquerque	Sobral	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
122	Decio Sabi	Tiangua	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
842	Devanio Fideles Lourenco	Juazeiro do Norte	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório

Pedido	Nome	Cidade	Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		Módulo VI		Desempenho
			Quiz	Avaliação									
1339	Domingos Ferreira Alencar Diogenes	Ico	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
1568	Edinasio Paulo do Nascimento	Camocim	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2714	Elian Dias Gomes	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
2090	Elivanio Moreira da Silva	Russas	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
604	Elizabeth Chagas Gomes	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
62	Elton Luz Lopes	Itapipoca	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3138	Emilia Gomes Celedonio	Russas	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2343	Fabia Napoleao Andrade	Horizonte	Respondido	100	Satisfatório								
107	Fernanda Ramalho de Oliveira	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
29	Fernando Barbosa Pontes Filho	Caninde	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2490	Firmino Tavares Neto	Brejo Santo	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
40	Francisca Claudiana do Nascimento Vieira	Ico	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
15	Francisca Girliane Araujo Teixeira	Acarau	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1940	Francisca Tatianni Carneiro Cruz Vieira	Tiangua	Respondido	100	Satisfatório								
2147	Francisco Alexandre Alves	Senador Pompeu	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	84	Respondido	80	Satisfatório
1045	Francisco Antonio Freire de Sales	Sobral	Respondido	100	Satisfatório								
1345	Francisco Carlos de Oliveira	Quixada	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3986	Francisco Henes Ferreira Cunha	Itapipoca	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3858	Francisco Igor Magalhaes Mapurunga Bezerra	Tiangua	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	88	Respondido	100	Satisfatório
105	Francisco Jose da Costa	Acarau	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	88	Respondido	100	Satisfatório
32	Francisco Leandro de Paula	Russas	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	68	Respondido	80	Satisfatório
1746	Francisco Luciano Leite Filho	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
140	Francisco Nivaldo Araujo Gomes	Sobral	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3042	Francisco Tadeu Valente Celedonio	Russas	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
119	Francisco Wagner da Costa Germano	Baturité	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
27	Germana Pacelli Bessa Braz	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2449	Gerso Mendes Coelho de Moraes	Tiangua	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	88	Respondido	100	Satisfatório
2991	Humberto Antonio Nunes Mendes	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	88	Respondido	80	Satisfatório
64	Irece Pinto Fernandes Maia	Quixada	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
782	Isnard Alves Goncalves	Juazeiro do Norte	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	80	Respondido	100	Satisfatório
16	Ivanildo Alves de Oliveira	Quixada	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
12	Janaina Lima Belo	Maracanau	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1183	Joao Gutemberg Nobre Simplicio	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
1074	Joao Marconi Paz Filho	Tiangua	Respondido	100	Satisfatório								
2140	Joao Paulo Benevides Lopes	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
567	Joao Paulo Peixoto Diogenes	Maracanau	Respondido	100	Satisfatório								
3630	Joao Vanderle Almeida Filho	Sobral	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
150	Jose Aurelio Gomes de Sousa Neto	Ico	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
618	Jose Eugenio dos Santos	Itapipoca	Respondido	100	Satisfatório								

Pedido	Nome	Cidade	Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		Módulo VI		Desempenho
			Quiz	Avaliação									
46	Jose Roberto de Oliveira	Crato	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
1107	Joyce Costa Gomes de Santana	Quixada	Respondido	100	Satisfatório								
511	Julio Cesar Feijao Matos	Brejo Santo	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1033	Karoline Matos Monteiro	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
2776	Katia Romilda Silva do Nascimento	Caninde	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
73	Lehi Natanael Sanders Pituba	Itapipoca	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1133	Leila Maria Frota Barros	Fortaleza	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1844	Leo Eduardo de Lima Moreira	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
3313	Lucia Silva Santana	Juazeiro do Norte	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
150	Marcia Viana Porto Vieira	Russas	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1605	Marcio Pereira de Brito	Crateus	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3318	Marco Antonio Rodrigues Vasconcelos	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3053	Marcos Felipe Vicente	Horizonte	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	84	Respondido	100	Satisfatório
148	Maria da Gloria Brasil Nunes	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	80	Respondido	100	Satisfatório
1544	Maria Iris Pinto	Itapipoca	Respondido	100	Satisfatório								
693	Maria Ivaneide Franca Feitosa	Crateus	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
63	Maria Jeane de Noronha	Taua	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
69	Maria Josemeire Evangelista Lima	Crateus	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	80	Respondido	100	Satisfatório
101	Maria Laisse de Carvalho Mariano	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	92	Respondido	100	Satisfatório
786	Maria Taylana Queiroz Martins	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
37	Mario de Souza Miranda	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
1916	Marta Leuda Lucas de Sousa	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
43	Marta Veronica Correia Ribeiro	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
1128	Matias Reboucas Cunha	Fortaleza	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
2810	Maxmo Halley Vieira de Sousa Santos	Camocim	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
59	Mayumi Passos Lopes	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
1449	Naedja Pinheiro Rodrigues Linhares	Crateus	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
501	Nagila Kellen de Carvalho Monte Bringel	Juazeiro do Norte	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
3872	Neyrismar Felipe dos Santos	Jaguaripe	Respondido	100	Satisfatório								
3472	Paulo Alexandre Sousa Queiroz	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	60	Satisfatório
28	Paulo Sergio Bessa Salgado	Russas	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1110	Paulo Sergio Fontenele	Acarau	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	88	Respondido	100	Satisfatório
629	Placido Bezerra Leite	Brejo Santo	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2493	Poliana Holanda Saraiva de Melo	Crateus	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
285	Rachel Braga Alves de Matos	Caninde	Respondido	100	Satisfatório								
1380	Raimundo de Moura Oliveira	Sobral	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3210	Raimundo Vieira Neto	Crateus	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
3062	Reginaldo Sampaio de Oliveira	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	80	Satisfatório
3191	Rivandi Leandro da Costa	Ico	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2890	Rodolfo Sena da Penha	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório

Comunicado Nº 118/2022-CEV/UECE, de 02/08/2023 - Dispõe sobre o resultado do Curso de Atualização em Gestão Escolar do Processo de Certificação de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará e dá outras informações pertinentes.

Pedido	Nome	Cidade	Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		Módulo VI		Desempenho
			Quiz	Avaliação									
1566	Rodrigo Ubaldo de Brito	Sobral	Respondido	100	Satisfatório								
708	Rubens Andre Nogueira e Silva	Fortaleza	Respondido	100	Satisfatório								
4044	Sandra Maria do Nascimento Silva	Juazeiro do Norte	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
142	Silvandira Mesquita Sousa	Itapipoca	Respondido	100	Satisfatório								
435	Tatiane Cruz da Costa	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
981	Tatiane de Paula Castro	Crateus	Respondido	100	Satisfatório								
985	Veruska Monteiro Pereira	Iguatu	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2401	Vicente Paula Pereira	Horizonte	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2491	Vitoria Maria Cunha	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Satisfatório
788	Webster Guerreiro Belmino	Horizonte	Respondido	100	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
1913	Wellington Machado Vieira	Senador Pompeu	Respondido	80	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório
2666	Wesley Cavalcante Melo	Fortaleza	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Satisfatório
3595	Zeneide Gncalves da Silva	Senador Pompeu	Respondido	100	Respondido	100	Respondido	60	Respondido	100	Respondido	100	Satisfatório

122 candidatos com o desempenho **satisfatório**.